

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - e-mail: povolive@psd.pt



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

Debate Mensal com o PM

«Porque hesitam tanto neste combate?» Faltará vontade política de combater a corrupção?



Destaques:

Combate à corrupção, ambiente e ensino
– pontos destacados pelo Presidente

Pag. 2 e seguintes

Miguel Macedo muito duro,
no debate sobre “Tempos de Antena”

No interior

PSD solidário com Carmona Rodrigues

Em “Notícias de Lisboa”

Debate Mensal com o PM: PS não tem vontade política em combater a corrupção

«Porque hesitam tanto neste combate?» interroga-se o Presidente do PSD ante a falta de vontade política do PS

Luis Marques Mendes considera que há falta de vontade política dos deputados do PS e do executivo para combater a corrupção. «Porque hesitam tanto neste combate?», questionou o líder do PSD, no debate mensal, quarta-feira passada, na Assembleia da República, face à rejeição das iniciativas propostas em matéria de corrupção pelo ex-ministro das Obras Públicas, João Cravinho.

Para o presidente social-democrata, «o sinal que está a ser dado é que não há vontade política a sério para combater a corrupção».

A educação foi outro dos temas introduzidos pelo líder do PSD, quando inquiriu o primeiro-ministro sobre o despacho, recentemente, publicado que acaba com a obrigatoriedade das provas globais no 9.º ano e que, no entender de Marques Mendes, representa «uma machadada no rigor e uma cedência ao facilitismo».

Marques Mendes frisou ainda que as medidas apresentadas pelo executivo sobre as alterações climáticas – o tema do debate mensal – se tratam de «medidas requentadas, que nada têm de substancialmente novo». O presidente do PSD confrontou o Governo pela total ausência de política ambiental nestes dois últimos anos, interpellando-o sobre o atraso do plano nacional das alterações climáticas, o incumprimento de Quioto, as licenças de CO₂, a energia hídrica, a orla costeira (neste capítulo, em particular a situação vivida junto à Costa da Caparica). «A escolha deste tema é para justificar o tempo perdido ao longo destes dois anos de Governo, em que foi sintomática a ausência de política de ambiente e do próprio Ministro do Ambiente», lembrou Marques Mendes.

No final do debate, o primeiro-ministro José Sócrates foi apanhado de surpresa com o anúncio da decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada de suspender a coincineração na cimenteira da Secil em Outão (Arrábida) até à realização de nova avaliação de impacto ambiental.

Ambiente e outros aspectos da conjuntura

O nosso Presidente referiu ainda, na sua intervenção, alguns aspectos de



grande importância, como por exemplo o que Portugal pode e deve fazer em matéria ambiental, à luz do protocolo de Quioto e teceu também alguns comentários sobre a educação.

Maques Mendes afirmou que «...Sr. Primeiro-Ministro, começo por constatar uma coincidência muito curiosa: o senhor vem hoje ao Parlamento falar de alterações climáticas, precisamente horas depois de o Presidente Bush ter falado sobre o mesmo assunto aos americanos».

Quem diria que ainda iríamos assistir a uma sintonia tão grande entre o Primeiro-Ministro de Portugal e o Presidente dos Estados Unidos da América!

Registo também, Sr. Primeiro-Ministro, o esforço que um e outro fizeram para tentar justificar o tempo perdido.

Sim, tempo perdido, porque, em matéria de ambiente, ao longo destes dois anos de Governo, ninguém deu pela existência do Ministro do Ambiente e muito menos pela existência de política de ambiente em Portugal.

Mas ainda bem que veio falar deste tema. Primeiro, porque estamos a menos de um ano da aplicação efectiva do Protocolo de Quioto; depois, porque é evidentemente um tema importante, sério e grave para a humanidade, em particular, para as próximas gerações, e que Portugal também deve ter a coragem de enfrentar.

Saudamos, por isso mesmo, este tema, a sua abordagem e as orientações ou intenções que aqui apresentou. Contudo, quero dizer-lhe, primeiro, que são requentadas, nada

têm de substancialmente novo e, sobretudo, que se perderam dois anos neste domínio. Por exemplo, o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) estava feito em 2004 e o normal seria que o Governo o tivesse começado a aplicar, ainda que, depois, tivesse eventualmente querido corrigi-lo. Ora, o Governo seguiu a estratégia oposta: primeiro, reviu-o e, depois, executou-o. Foram, pois, dois anos perdidos.

Quanto à energia eólica, estamos totalmente de acordo em que é importantíssima. Mas também não nos iludamos: o resultado do concurso das eólicas só vai ter efeito a partir de 2013, não se aplicando, pois, à primeira fase de Quioto (2008-2012).

Relativamente ao **Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão de CO₂**, já vários países têm a sua situação estabilizada. Portugal, no entanto, ainda está em análise, em observação e em discussão, em Bruxelas, quando a indústria portuguesa, a esta hora, já precisava de saber com o que conta para o futuro. Estamos, pois, atrasados.

Quanto à energia hídrica, estou de acordo, e ainda há dois meses fiz um discurso público com propostas neste domínio. Mas também lhe pergunto, Sr. Primeiro-Ministro: em concreto, por exemplo, onde é que está a barragem do Baixo Sabor, que é prioritária e essencial?

Um último caso diz respeito à orla costeira, que foi praticamente omitida no seu discurso, apesar de também neste domínio serem importantes intervenções, estratégias, planos e

objectivos. Por exemplo, conviria que o Governo tivesse alguma capacidade para dar resposta ao «caso da Caparica», que surpreende tudo e todos, como está à vista.

Ou seja, Sr. Primeiro-Ministro, esta é a verdade inconveniente: dois anos perdidos neste domínio.

E agora há que tentar recuperar o tempo perdido.

Apesar de tudo, este debate tem uma vantagem. O País não deu pelo Ministro do Ambiente durante dois anos, o Primeiro-Ministro chamou a si o assunto, resolveu substituir-se ao Ministro do Ambiente e, no fundo, passou a acumular o cargo de Primeiro-Ministro com a pasta do ambiente.

Até agora não tivemos resultados. Vamos esperar por resultados no futuro.

Sr. Primeiro-Ministro, quero introduzir dois novos temas igualmente muito importantes.

O muito importante tema da educação

Quero introduzir uma questão nova, importante e que o País, praticamente, ainda não conhece. No passado dia 10 de Janeiro, de uma forma discreta e sorrateira, para não dar nas vistas, o Ministério da Educação publicou no *Diário da República* um despacho a acabar com a obrigatoriedade das provas globais no 9.º ano de escolaridade.

Até agora, no 9.º ano de escolaridade havia exames nacionais a Português e a Matemática e provas globais a todas as outras disciplinas. Com esta decisão do Governo, a um conjunto alargado de disciplinas, com excepção do Português e da Matemática, a partir de agora não vamos ter nem exames nem provas globais.

O que é que isto significa na prática? Cedência à facilidade.

O Governo fala de rigor, de exigência e de qualidade, mas pratica o seu contrário. O que o Governo acaba de fazer com esta decisão é dar uma machadada no rigor, na exigência e na qualidade do ensino em Portugal.

Mais: a propaganda do Governo costuma afirmar tudo, mas sobre esta matéria praticamente nem uma palavra para passar despercebido.



Isto, Sr. Primeiro-Ministro, até pode ter um contributo, em termos estatísticos, no sucesso escolar, mas enquanto melhoram as estatísticas, piora a qualidade do ensino.

Isto não é andar para a frente, é andar para trás e é um erro colossal!

Finalmente, o tema da corrupção

No passado dia 5 de Outubro, o Presidente da República fez um importante discurso ao País, lançando um apelo aos responsáveis políticos para um combate mais firme à corrupção. O que aconteceu de então para cá?

Primeiro: o PSD apresentou uma proposta, em sede de Orçamento do Estado, para um reforço de meios no combate à corrupção no orçamento da Polícia Judiciária. O que fez a maioria e o Governo? Chumbaram! Sinal negativo.

Segundo: corrupção no desporto. Foi preciso o PSD apresentar um projecto nesse domínio, propondo penas mais pesadas e um combate mais eficaz, para o Governo acordar. Um sinal muito negativo de lentidão.

Terceiro: nas últimas semanas vieram a público notícias, oriundas do Ministério da Justiça, segundo as quais o Governo tem a intenção de acabar com o DCIAP — Departamento Central de Investigação e Acção Penal. É um sinal profundamente negativo de abrandamento da investigação e do combate à criminalidade económica e financeira.

Finalmente, neste domínio, o caso mais emblemático de todos é o que se prende com as propostas do Deputado João Cravinho. Depois de meses de discussões internas no PS, obteve-se este resultado insólito perante todo o País: as propostas foram rejeitadas e o Partido Socialista, que é maioria, nem sequer permitiu o respectivo agendamento e discussão, quando estavam em causa contributos positivos para o combate à corrupção em Portugal. Não são propostas de um partido da oposição mas, sim, de um Deputado da maioria!

Aqui chegados, Sr. Primeiro-Ministro, pergunto: por que é que o

Governo, o Partido Socialista, a maioria hesitam tanto no combate à corrupção?

De que é que têm receio? Não acham que este combate é importante e essencial?

Quero dizer-lhe que, para mim, o combate à corrupção é uma prioridade; para o Governo, o PS e a maioria, o combate à corrupção parece ser um enorme incómodo. Isto preocupa-me.

A corrupção tem de ser combatida com firmeza e sem hesitação, porque mina a economia, a democracia e a confiança das pessoas no Estado de direito democrático. — PL/GP/PSD

Marques Mendes na abertura de um colóquio sobre «Os Media na Construção da Europa Política» «Pequenos passos» para se avançar no Tratado Constitucional

O presidente do PSD defende que seja adoptada uma política de «pequenos passos, mais seguros e consensuais» para ultrapassar o impasse no Tratado Constitucional europeu e sair da «encruzilhada» em que está a União Europeia.

«A União Europeia está hoje numa encruzilhada. Entrou num estado de letargia. Parece não ter nem estratégia, nem objectivos, nem lideranças capazes de encontrarem novas soluções», declarou Luís Marques Mendes, na abertura de um colóquio sobre «Os Media na Construção da Europa Política», promovido pela Fundação Konrad Adenauer para Portugal e Espanha e pela eurodeputada do PSD, Assunção Esteves, segunda-feira, em Lisboa.

Para o líder do PSD, o avanço no Tratado Constitucional europeu deverá ser feito através de pequenos passos. «Advogo uma política de passos mais pequenos, mas mais seguros e consensuais», frisou Marques Mendes, propondo um tratado «mais pequeno» e centrado sobretudo nas novas regras de funcionamento das instituições comunitárias, adequados a uma Europa com 27 Estados-membros.

«Sem esse passo, a Europa corre o risco de continuar parada ou bloqueada [...] Parar é estagnar», salientou, manifestando a sua expectativa de que na presidência portuguesa, no segundo semestre do ano, se possa avançar «com dignidade e eficácia». — Fonte: Lusa

Em Braga, no III Debate Nacional sobre o programa do PSD, o Presidente denuncia resultados do fraco crescimento de Portugal

O líder do PSD, Luís Marques Mendes defendeu sexta-feira passada, em Braga, que “o fraco crescimento económico do País, resultado da política do Governo, traz consigo

maior exclusão social”.

“Uma política económica errada, de menor crescimento da economia, causa mais exclusão social”, afirmou, sustentando que “o aumento de impostos que se abate sobre os portugueses, cria dificuldades à economia e empobrece as famílias”.

O presidente do partido falava, num hotel da cidade, no III debate nacional no âmbito da actualização do programa do PSD, numa sessão dedicada ao tema “Inclusão Social, Portugal Solidário: Que Segurança Social”.

O debate, em que interveio o antigo ministro do Trabalho e Segurança Social, Silva Peneda, insere-se num ciclo que vai decorrer até Dezembro no interior do PSD para revisão do programa do partido.

Na sua intervenção, Marques Mendes disse que “com a política do Governo socialista quem é pobre fica ainda mais pobre, porque esmagado pelo peso dos impostos e pelo fim de serviços públicos essenciais como os da saúde”.

“A saúde, um sector importantíssimo para os cidadãos, está mais cara, mais distante e de acesso mais difícil”, acusou, dizendo que “o constante encerramento de serviços

aflige as populações e contribui para o aumento das desigualdades sociais”.

Apontou uma alegada incoerência do Governo, dizendo que “aumenta todos os dias as taxas e os impostos, fecha urgências e serviços nos hospitais, impõe pagamento de internamentos mas mantém auto-estradas sem portagens”.

“Não há coisa pior do que não haver sensibilidade social nas políticas de um Governo”, afirmou.

Marques Mendes acentuou que, “embora o crescimento económico deva ser a principal prioridade do País, conforme tem sido defendido pelo PSD, ela só tem sentido se resultar em desenvolvimento social, numa sociedade mais justa, onde haja emprego para os jovens e oportunidades para todos”.

“O crescimento económico, que este governo não consegue apesar de andar sempre em anúncios de “PowerPoint”, é um instrumento não um fim”, frisou, prometendo que o combate à exclusão social estará nas preocupações do PSD durante o ano de 2007. — Fonte: Lusa, fotos arquivo PL

Referendo sobre o aborto: Marques Mendes apela a uma campanha participada e sem radicalismos

Marques Mendes participou no dia 27, “a título pessoal”, na inauguração da sede do grupo “*Liberalização do Aborto? Não*”, em Aveiro, tendo feito um apelo à participação cívica e à moderação na campanha do referendo, que se iniciou na Segunda-feira.

“Faço um apelo para que a campanha decorra com moderação, equilíbrio e sem radicalismos, respeitando as opiniões dos outros” disse Marques Mendes em Aveiro, cidade que durante a semana registou actos menos correctos de apologistas do “Sim” e do “Não” no referendo.

O grupo cívico que hoje inaugurou a sede em Aveiro foi um dos que anunciou esta semana a apresentação de uma queixa à Comissão Nacional de Eleições “contra indivíduos ou grupos do ‘Sim’ que, de forma continuada, têm vindo a vandalizar o material de campanha”.

Marques Mendes justificou a sua participação como um “contributo de cidadania para ajudar “as pessoas que ainda têm mais dúvidas do que certezas a que possam ser informadas para votarem de acordo com a sua consciência”.

“Tenho obrigação de o fazer. Se apelo a que todos devem participar, não devo omitir a minha opinião. É o momento de cada um exprimir sem medo as suas convicções e não devo fugir a dar a minha”, disse aos jornalistas.

Reafirmou a sua posição pessoal de que “o aborto livre sem aconselhamento médico não é positivo para ninguém, pelo que assumiu que vai votar pelo “Não”, embora afirme ser também “contra a penalização da mulher”.

Para Marques Mendes, o que está em causa no referendo é “a liberalização do aborto” e “a pergunta é enganosa, embora tenha de ser respeitada a decisão do Tribunal Constitucional”.

Em declarações aos jornalistas, após a inauguração do espaço na Avenida Lourenço Peixinho do grupo “*Liberalização do Aborto? Não*”, enalteceu a constituição de muitos movimentos cívicos, num sentido e no outro, “o que mostra que é uma questão de cidadania”.

“Não é uma questão partidária, nem pode ser vista como tal”, sublinhou, justificando por isso a liberdade de voto do PSD aos seus militantes sobre a matéria. — Lusa

Miguel Macedo no Parlamento

Transmissão dos direitos de antena no serviço público de televisão

No dia 25, o nosso Secretário-geral e Deputado, sobre a polémica decisão da RTP de alterar a hora de emissão dos tempos de antena, teve a seguinte intervenção em plenário da AR:

O agendamento deste diploma tem um antecedente próximo e conhecido.

Revisitando os factos de forma sumária, recordo que, inopinadamente, a RTP comunicou aos partidos políticos, em 28 de Dezembro, que a emissão dos tempos de antena passaria a ter lugar às 19 horas em vez de, como até agora, serem emitidos imediatamente antes do principal bloco noticiário do dia.

A consequência desta decisão unilateral da RTP é clara para todos: faz com que as audiências médias dos tempos de antena sejam reduzidas para metade ou menos de metade.

Esta é uma decisão grave.

Grave porque é uma decisão que ignora as exigências de pluralismo político sem o qual fica irremediavelmente comprometida a qualidade da democracia.

Grave porque compromete uma das componentes essenciais do serviço público de televisão a que está obrigada por contrato, serviço público que é pago pelos impostos de todos os Portugueses.

Grave ainda porque, nesta matéria, a RTP comportou-se como uma empresa magestática que julga tudo poder, por qualquer forma e com inapelável efeito.

Grave sobretudo porque a RTP deu provas de desprezar direitos constitucionais e legais, como se o quero, posso e mando, mais ao jeito dos pequenos tiranetes, pudessem, num estado de direito democrático, valer mais do que a constituição e a lei.

O PSD não se conformou, e não se conforma, com esta situação.

Esta não é uma questão partidária e muito menos é uma questão de egoísmo partidário.

Os partidos da oposição já deixaram clara a sua posição sobre esta matéria. Todos assinalam a gravidade da decisão e a sua vontade de fazer cumprir, em termos adequados, este direito constitucional.

O Partido Socialista declarou ontem publicamente que não se opõe a esta iniciativa legislativa. A ser assim, o que esperamos ver comprovado no momento da votação, quero saudar esta posição dos socialistas. Em intervenção anterior, critiquei fortemente esta decisão da RTP e o argumentário formalista e desculpabilizador da posição então assumida pelo PS.

A confirmar-se hoje esta nova posição do PS, saúdo os seus Deputados por subscreverem as nossas razões e colocar um ponto final, este sim definitivo, em tão lamentável processo.

Esta é uma questão em que é imperioso fazer valer os princípios. Fazer prevalecer os princípios que são a força da democracia. Fazer vencer o pluralismo, estimulando o contraditório democrático para fortalecer a qualidade da democracia.

A Constituição consagra o direito aos tempos de antena. A Lei da Televisão impõe essa obrigação aos operadores. O serviço público de televisão a que a RTP está obrigada por contrato compreende a emissão dos tempos de antena.

Esta não é uma questão qualquer.

Por isso mesmo a Entidade Reguladora para a Comunicação Social publicitou ontem a sua posição sobre a emissão dos tempos de antena.

Nessa posição pública, a Entidade Reguladora critica a alteração do horário de emissão dos tempos de antena na RTP considerando que aquela alteração **“empobrece a realização material e qualitativa do tempo de antena”**.

A Entidade Reguladora entende ainda que a garantia efectiva do exercício do direito a tempo de antena “impõe uma avaliação material e qualitativa”, salientando, a propósito, que a prática até agora adoptada pela RTP, reservando um espaço de emissão com audiências muito relevantes, “não colidiu com a capacidade para uma adequada gestão da sua grelha de programas”.

Mais, a Entidade Reguladora defende que esta alteração justificaria que “a RTP tivesse auscultado previamente os titulares do direito de antena”.



Ou seja, preto no branco, sem margem para equívocos ou interpretações benevolentes, a Entidade Reguladora critica a RTP pelo conteúdo e pela forma desta decisão.

Como sempre afirmamos, esta decisão da RTP compromete de forma grave o exercício de um direito constitucional a todos os titulares do direito de antena.

O PSD tem razão. O PSD tinha razão.

Por isso mesmo, apresentamos a esta Assembleia um Projecto-Lei que tem por único objectivo repor o horário de emissão dos tempos de antena. Nem mais nem menos.

É um Projecto de Lei simples, objectivo. Tem uma só alteração. Tem um propósito claro e expresso: devolver aos tempos de antena o

espaço de emissão que tiveram até este momento.

Assim, não vemos razão para que o Parlamento não só discuta como aprove hoje, na generalidade e na especialidade, este Projecto de Lei.

É essa a nossa proposta. Não vemos nenhuma razão para que assim não seja a menos que se pretenda arrastar no tempo uma decisão que, a cada dia que passa, penaliza os titulares, todos os titulares, dos tempos de antena.

No voto de cada um de nós, Senhoras e Senhores Deputados, estará a expressão do valor que atribuímos à defesa de direitos políticos fundamentais e da nossa determinação em construir uma democracia mais aberta, mais plural e, por isso, mais adulta. - **Gab. Imp. GP/PSD**

Governo viola lei ao não instalar Conselho Consultivo do Hospital de Barcelos

O deputado Fernando Santos Pereira (PSD) acusou hoje o Ministério da Saúde de violar a Lei, ao não permitir a instalação e, consequentemente, o funcionamento do Conselho Consultivo do Hospital de Barcelos.

“Passou mais de um ano desde a transformação daquele Hospital em Entidade Pública Empresarial e o Governo não instalou o Conselho Consultivo”, afirma o parlamentar, em requerimento hoje entregue na Assembleia da República.

O requerimento foi entregue no dia em que se completam seis meses sobre o encerramento da sala de partos da Maternidade local, processo que o deputado social-democrata considera ter sido um fracasso, dado que apenas 72 mulheres de Barcelos recorreram ao Hospital de Braga.

Fernando Santos Pereira argumenta que “o Conselho é um órgão muito importante na vida de qualquer Hospital, pois aprecia os Planos de Actividades, acompanha o funcionamento da Unidade de Saúde e emite recomendações tendo em vista o melhor funcionamento dos serviços a prestar às populações”.

“O órgão pronuncia-se, numa só palavra, sobre toda a vida hospitalar e integra representantes do Município, da Administração Regional de Saúde, dos utentes, dos trabalhadores, dos voluntários, do Concelho de Administração e do Governo”, sublinha.

Ora - prossegue - “o Ministro da Saúde não nomeou até à data, que se saiba, o seu representante para presidir o Conselho Consultivo, que deve ser “uma personalidade de reconhecido mérito”.

O deputado suspeita que a inacção do Governo terá, como objectivo, o de evitar que o órgão social mais democrático e representativo do Hospital de Santa Maria Maior não funcione e não se pronuncie sobre o “fecho do Hospital

de Barcelos”, que o Ministro da Saúde está a executar”.

Fernando Santos Pereira afirma, também, que, ao contrário do anunciado, o Ministro da Saúde encerrou a urgência ginecológica e obstetrícia do Hospital de Barcelos”, recordando que “o Município apresentou uma Providência Cautelar para se opor ao encerramento da Maternidade que, passado todo este tempo, se arrasta entre a não-aceitação pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga e a anulação dessa sentença pelo Tribunal Central Administrativo do Porto”.

“Sentindo os anseios das populações, o Município tem interposta uma acção judicial para reabrir a Maternidade e obrigou o Ministério da Saúde a contestá-la”, afirma.

Fernando Santos Pereira considera que, apesar disso, “o Governo continua a não ter compaixão e decreta agora o encerramento da urgência médico-cirúrgica existente no Hospital de Barcelos”, fazendo-o depois de ter dito, em Fevereiro de 2006, que nem sequer previa encerrar “o serviço de urgência durante o período nocturno do Hospital Santa Maria Maior, EPE.” “Ao fechar gradativamente os Serviços, vai acabando a oferta de valências de saúde e, com esse encerramento, o Governo executa habilidosamente uma morte lenta do Hospital”, acusa. - **Fonte: Lusa, DN, TSF**

Líder parlamentar do PSD diz que o plano de reestruturação das urgências é “irracional”



O líder parlamentar do PSD, Luís Marques Guedes, considerou uma “irracionalidade” o plano de reestruturação dos serviços de urgência, lamentando que estejam a ser seguidos critérios uniformes para situações diferentes.

“O plano é, no mínimo, uma irracionalidade, porque segue critérios uniformes em todo o território, quando existem situações diferentes”, afirmou Marques Guedes, em declarações aos jornalistas no final de uma reunião com autarcas de municípios que poderão vir a ser afectados pelo encerramento de serviços de urgências.

Segundo um relatório elaborado pela Comissão Técnica de Apoio ao Processo de Requalificação das Urgências, para melhorar o atendimento urgente aos cidadãos portugueses, 14 urgências hospitalares deverão encerrar.

De acordo com a comissão, se a proposta for levada em conta pelo Ministério da Saúde e concretizada, 1,2 milhões de portugueses ficarão mais próximos de um serviço de urgência, devido à “consignação de novos pontos da rede”.

Os benefícios desta proposta, na óptica da comissão que a elaborou, passam por permitir que 90,1 por cento dos portugueses fiquem a menos de 30 minutos de distância de um serviço de urgência.

Contudo, 0,6 por cento dos portugueses (cerca de 59 mil) ficarão a mais de uma hora de distância, conforme reconheceu a comissão.

Para Marques Guedes, o encerramento de 14 serviços de urgência deixa antever problemas quer para os municípios do Interior, quer para as zonas mais urbanas.

“No interior, onde há um grande envelhecimento da população e uma grande distância entre as aldeias, este plano pode ser dramático.

Nos municípios mais urbanos, haverá outro tipo de problemas”, disse, exemplificando com o caso de Estarreja, onde existe um pólo químico-industrial.

“No caso de Estarreja, a perplexidade é total, porque se prevê o encerramento de uma urgência especificamente apetrechada para acidentes

químico-industriais”, acrescentou.

Presente na reunião com o líder parlamentar social-democrata, o presidente da Câmara Municipal de Estarreja, manifestou igualmente a sua “perplexidade” perante a hipótese do serviço de urgência do hospital local fechar, lembrando que nos países europeus onde existem unidades químico-industriais todos as urgências estão a menos de oito quilómetros de distância. - **Fontes:PL; DN; Lusa**

O PSD entregou um projecto de diploma que retira ao Governo o exclusivo da nomeação de entidades reguladoras

O PSD entregou no dia 26, no Parlamento um projecto de lei sobre a designação dos membros de direcção das Entidades Reguladoras, que retira ao Governo o exclusivo da nomeação e passa essa competência para o Presidente da República.

“Exemplos recentes mostram que a exclusividade de competências nas mãos do Governo pode pôr em causa a respectiva independência e, no limite, condicionar o exercício, pela Assembleia da República, dos poderes de fiscalização”, referem os sociais-democratas na exposição de motivos do diploma.

Como se verificou “muito recentemente, na forma precipitada como foi posto termo pelo Governo às funções de um responsável de uma entidade administrativa independente, nas vésperas de uma audição parlamentar para a qual havia sido convidado”, acrescentam os sociais-democratas, numa alusão ao ex-presidente da Entidade Reguladora do Sector Eléctrico (ERSE), Jorge Vasconcelos.

Desta forma, refere o PSD, a atribuição de um “especial estatuto de independência e isenção” às entidades administrativas que exercem funções reguladoras justifica, por si só, que o regime de nomeação e de cessação dos membros da direcção “assegure uma participação alargada dos principais órgãos de soberania”.

Assim, o PSD propõe que o Governo deverá continuar a formular as proposta de nomeação dos membros de direcção das entidades reguladoras, passando a nomeação a caber ao Presidente da República.

Além disso, defendem ainda os sociais-democratas, a decisão da nomeação deverá ser precedida da realização de uma audição pública na comissão parlamentar competente da Assembleia da República.

Após a audição, a Assembleia da República deverá emitir um parecer não-vinculativo.

No diploma, fica ainda estabelecida a proibição da nomeação de membros da direcção das entidades reguladoras após a convocação de eleições para o Parlamento e até à posse da nova Assembleia, assim como depois de fixada a data das eleições presidenciais e até à posse no novo chefe de Estado.

Os membros das entidades reguladoras podem ser demitidos pelo Presidente da República, sob proposta do Governo e depois de ouvida a Assembleia da República, no caso de “desrespeito grave ou reiterado dos estatutos e das normas porque se rege” ou “incumprimento substancial e injustificado do plano de actividades ou do orçamento”.

O projecto de lei estabelece que este novo regime de nomeação deverá ser aplicado à Autoridade da Concorrência, Banco de Portugal, Comissão de Mercado de valores Mobiliários, Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos e ICP - Autoridade Nacional de Comunicações.

Outras entidades a quem deverá ser aplicado o novo regime de nomeação são o Instituto Nacional de Aviação Civil, Instituto Nacional do Transporte Ferroviário, Instituto Regulador das Águas e Resíduos, Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário e Instituto de Seguros de Portugal. - **Fonte: GP/PSD**



“Portugal está a ser vendido aos bocadinhos, sem que os portugueses se apercebam” – disse Luís Rodrigues, no Parlamento, referindo-se à venda da ANA

O PSD renovou sexta-feira as críticas à decisão do Governo de avançar com a construção do novo aeroporto da Ota, classificando a privatização da ANA como “mais uma negociata” do executivo para “dourar a pílula”.

“Estamos frontalmente contra todo o processo de construção do novo aeroporto”, disse o deputado do PSD Luís Rodrigues, em declarações à Lusa.

Considerando que “a maioria dos portugueses continua sem entender a insistência do Governo na construção do novo aeroporto”, Luís Rodrigues reiterou que se trata de um projecto “megalómano”, que se irá realizar em detrimento de outros mais importantes.

“Não é um investimento estratégico”, sublinhou o deputado social-democrata.

Relativamente ao modelo proposto pelo Governo que alia a privatização da ANA - Aeroportos de Portugal à construção do novo aeroporto, Luís Rodrigues classificou a privatização da ANA como “mais uma negociata do Governo PS, que apenas serve para dourar a pílula”.

“Portugal está a ser vendido aos bocadinhos, sem que os portugueses se apercebam”, ironizou o deputado do PSD.

O ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações tinha renunciado de manhã que o Governo vai abrir o concurso público internacional para a privatização da ANA-Aeroportos de Portugal e para a concessão do novo aeroporto até ao final do ano.

Esse modelo prevê que o investimento público fique limitado a 600 milhões de euros, sendo que 170 milhões de euros já estão garantidos através do Fundo de Coesão.

O projecto do novo aeroporto, orçamentado em 3,5 mil milhões de euros, deve estar concluído até 2017.

O ministro esclareceu ainda que o capital a privatizar da ANA é de uma posição de controlo, ou seja, pelo menos 50 por cento mais uma acção.

Na quinta-feira, o Governo aprovou o modelo de transacção do novo Aeroporto de Lisboa, na Ota, determinando que a privatização da ANA e todo o processo de contratos para a concretização desta infra-estrutura se faça numa operação única. - **Lusa**

Deputados do PSD querem saber destino da antiga Escola Secundária D. João Castro

O PSD quer saber qual o destino previsto pelo Ministério da Educação às instalações da antiga escola secundária D. João de Castro, encerrada no final do ano lectivo passado, num processo muito contestado que chegou ao Parlamento.

Os deputados do PSD Emídio Guerreiro, Ribeiro Cristóvão e Sérgio Vieira questionam o Ministério da Educação sobre o destino das antigas instalações da escola e dos 30.000 metros quadrados do seu recinto, em Lisboa, num requerimento entregue hoje na Assembleia da República.

No documento, os deputados recordam que a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, aprovou em Junho de 2006 um relatório que referia não existirem “estudos técnicos que fundamentem a decisão”.

O relatório concluiu também que não se compreendia que fosse a D. João de Castro a escolhida para fazer parte das escolas a ser encerradas quando lhe era reconhecida “qualidade superior”.

Os parlamentares referem igualmente que o encerramento do estabelecimento de ensino foi contestado num petição subscrita por 7.058 cidadãos.

A petição, que foi debatida em Janeiro no Parlamento, “poderia e deveria ter sido discutida em Junho de 2005”, consideram os deputados, que acrescentam que “tal não aconteceu por manifesta falta de vontade política por parte do partido que suporta o Governo na Assembleia da República”.

“A petição foi discutida depois de encerrada a escola”, sublinham.

Para os deputados sociais-democratas, “finalizada a discussão e concretizado há muito o encerramento da Escola Secundária D. João de Castro, permanecem dúvidas sobre o futuro do espaço de implantação daquele equipamento”.

O requerimento sublinha que a escola está “inserida numa zona privilegiada de Lisboa”, o Alto de Santo Amaro, e critica a “manifestação insuficiência de elementos justificativos da decisão de encerramento das actividades lectivas”.

PSD entrega esta semana diplomas que retomam ideias próximas do deputado João Cravinho, sobre corrupção



O PSD vai apresentar esta semana no Parlamento as suas propostas de combate à corrupção, diplomas que retomam ideias defendidas pelo deputado socialista João Cravinho, mas que “não são um plágio”, nem uma “adesão acéfala” àquelas iniciativas.

Em declarações aos jornalistas à saída da reunião do grupo parlamentar do PSD, o líder da bancada, Luís Marques Guedes, adiantou que os diplomas dos social-democratas “repegam nos contributos positivos” dos diplomas apresentados por João Cravinho, mas “não são um plágio, nem uma adesão acéfala” às propostas do deputado socialista, rejeitadas pela própria bancada do PS.

“Com algumas das ideias de João Cravinho nós não concordamos, outras ideias são boas em si, mas a regulação é deficiente, mas o importante é que o debate vai ter lugar”, acrescentou o líder parlamentar do PSD.

Sublinhando que o importante é que o debate tenha lugar, Marques Guedes lembrou que, neste momento, está em análise na comissão parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, toda a matéria penal que foi objecto do pacto parlamentar entre o PSD e o PS.

“A corrupção inscreve-se como matéria penal, portanto, se não for discutida agora, já não o será. E nós não aceitamos que esta matéria seja silenciada ou empurrada para as calendas gregas”, salientou.

Ainda segundo o líder da bancada social-democrata, o PSD vai apresentar um diploma que “retoma a regulação diferenciada do crime de corrupção activa e passiva” e propor “uma modelação nova das medidas de coacção aplicadas ao crime de corrupção”.

Além disso, no âmbito da “prevenção da corrupção”, os social-democratas vão apresentar uma iniciativa que consagra a criação de uma “agência anti-corrupção” que faça o acompanhamento das recomendações constantes no relatório elaborado pelo GRECO (Grupo de Estados Contra a Corrupção) em Maio de 2006.

“Será uma agência que fará o acompanhamento da implementação das medidas recomendadas pelo GRECO, que pressione a sua execução e acompanhe o trabalho do Governo nesta matéria”, disse Marques Guedes.

A agência será “independente” e deverá ser composta por representantes do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas e de universidades e funcionar junto da Assembleia da República, acrescentou o líder da bancada do PSD.

Marques Guedes recusou, contudo, que esta agência seja idêntica à comissão proposta pelo deputado socialista João Cravinho.

“A ideia de criar uma comissão independente era positiva, mas a formulação proposta não era a mais adequada”, salientou o líder parlamentar social-democrata, considerando que a comissão anti-corrupção defendida pelo deputado socialista era uma estrutura muito pesada e demasiado burocrática.

De fora das propostas a apresentar pelo PSD fica a criação do crime de enriquecimento ilícito, ideia que chegou igualmente a ser defendido por João Cravinho, embora tenha, entretanto, sido abandonada pelo próprio deputado socialista. Além do PSD, também o Bloco de Esquerda já anunciou que irá apresentar diplomas em matéria de corrupção que retomam as propostas do deputado socialista João Cravinho.

Por outro lado, o PS anunciou na semana passada que irá apresentar um “pacote” de dez iniciativas nesta matéria, mas que excluem as ideias defendidas por João Cravinho. Entretanto, na sexta-feira, João Cravinho entregou os seus dois projectos de combate à corrupção, um relativo à “Gestão Preventiva dos Riscos de Corrupção” e outro que “propõe alterações ao Código Penal e a Legislação Penal Avulsa sobre Prevenção e Repressão da Corrupção”. - **Fontes: Lusa, TSF, Ga. Imp.PSD**



Intervenção no debate sobre os acidentes de trabalho e doenças profissionais

Deputado Carlos Miranda
Assembleia da República, 26 de Janeiro de 2007

(...)

Procurando sintetizar a posição do GP/PSD direi:

Uma primeira nota positiva.

A estabilidade legislativa é amiga do aprofundamento das boas práticas e evita soluções de continuidade no esforço pedagógico da prevenção.

O regime jurídico da reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais que o Governo nos propõe, não introduz fracturas no Ordenamento Jurídico Vigente.

O que é bom.

E mesmo os aspectos inovatórios introduzidos não contrariam esta apreciação geral e serão objecto de um debate mais minucioso na especialidade.

Sobretudo no que toca ao regime da revisão de pensões e aos mecanismos de reabilitação profissional dos trabalhadores.

Mantêm-se basicamente inalterados os três pilares em que assenta a protecção nos acidentes de trabalho:

- A prevenção de acidentes;
- A reparação dos danos;
- A reabilitação dos sinistrados.

Permitam-me que coloque o acento tónico no pilar da prevenção.

Que é aquele, por sinal, cuja regulamentação se torna mais fácil para o Governo Português, na medida em que as autoridades da União Europeia sobre ele exercem uma maior actividade interventiva, de aplicação a todos os Estados Membros.

Neste sentido importa continuar a transpor de forma sistemática e célere para o Direito Português as Directivas Comunitárias.

Em matéria de Prevenção de Acidentes de Trabalho não há falta de legislação adequada.

Os regulamentos de prescrições mínimas de segurança e saúde dos trabalhadores são minuciosos e abundantes.

O que há é falta de Formação e de Fiscalização.

Importa, rapidamente, incutir uma cultura de prevenção quer nos trabalhadores quer nos empregadores.



O modelo de segurança deve assentar na gestão organizacional dos riscos e dos factores humanos.

E para alcançar este objectivo é preciso levar a informação sobre a legislação para dentro das empresas e fazê-las compreender que as normas sobre segurança são um factor de produtividade.

É aqui que nos deparamos com o nó górdio.

Num país em que o tecido empresarial é constituído em mais de 95% por pequenas empresas, muitas delas com menos de 10 trabalhadores, e pois, legalmente isentas de uma organização interna virada para a segurança;

Num país de baixíssimo nível de formação dos trabalhadores e dos empresários;

Convenhamos que corremos um sério risco em matéria de acidentes de trabalho.

São aliás unânimes as conclusões dos diversos estudos sobre a matéria que apontam no sentido de que as principais razões para o baixo nível no cumprimento da legislação são as seguintes:

- falta de informação e de orientação específicas e transmitidas de forma compreensível;
- capacidades e competências reduzidas para gerir a segurança e saúde no trabalho;

- falta de recursos para assegurar uma formação básica adequada dos gestores e dos trabalhadores em matéria de segurança e saúde do trabalho;

- acesso difícil à assistência técnica específica e especializada.

Face a esta situação que o Senhor Ministro tão bem conhece, impõe-se que se recomende vivamente ao Governo que canalize para esta falha o máximo de fundos que lhe vão ficar disponíveis no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional.

É precisamente sobre a eficácia dos programas de informação e formação que o PSD vai promover a mais vigorosa intervenção fiscalizadora da Assembleia da República durante este ano de 2007.



Requerimento 561-AC/X/2
Assunto: Encerramento ao público das ruínas romanas de S.Cucufate.
Autores
LUÍS CARLOTO MARQUES
Enviado a: MIN CULTURA em : 2007-01-08

Requerimento 572-AC/X/2
Assunto: Encerramento de Consulados de Portugal nos Estados Unidos da América e na Bermuda
Autores
JOAQUIM PONTE
MOTA AMARAL
Enviado a: GOVERNO em : 2007-01-08

Requerimento 607-AC/X/2
Assunto: Apoio especial a alunos do concelho de Oliveira de Azeméis
Autores
HERMÍNIO LOUREIRO
PEDRO DUARTE
EMÍDIO GUERREIRO
RIBEIRO CRISTÓVÃO
Enviado a: MIN EDUCAÇÃO em : 2007-01-12

Requerimento 623-AC/X/2
Assunto: Ordenamento e fiscalização da actividade cinegética e piscatória na Lagoa de Melides
Autores
LUÍS CARLOTO MARQUES
Enviado a: MIN AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL em : 2007-01-12

Requerimento 624-AC/X/2
Assunto: Ordenamento e fiscalização da actividade cinegética e piscatória na Lagoa de Melides
Autores
LUÍS CARLOTO MARQUES
Enviado a: MIN AGRICULTURA , DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS em : 2007-01-12

Requerimento 625-AC/X/2
Assunto: Ordenamento e fiscalização da actividade cinegética e piscatória na Lagoa de Melides
Autores
LUÍS CARLOTO MARQUES
Enviado a: MIN ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA em : 2007-01-12

Requerimento 626-AC/X/2
Assunto: Distribuição de Valências Hospitalares na região da Guarda e Castelo Branco
Autores
ANA MANSO
Enviado a: MIN SAÚDE em : 2007-01-12

Requerimento 632-AC/X/2
Assunto: Proposta de Rede de Serviços de Urgências
Autores
ANTÓNIO ALMEIDA HENRIQUES
MELCHIOR MOREIRA
CARLOS ANDRADE MIRANDA
Enviado a: MIN SAÚDE em : 2007-01-12

Requerimento 636-AC/X/2
Assunto: Estação Vitivinícola da Bairrada
Autores
JOSÉ MANUEL RIBEIRO
Enviado a: GOVERNO em : 2007-01-15

Requerimento 637-AC/X/2
Assunto: Cuidados de Saúde no Concelho de Paredes
Autores
JORGE COSTA
AGOSTINHO BRANQUINHO
MIGUEL QUEIROZ
MIGUEL SANTOS
Enviado a: MIN SAÚDE em : 2007-01-15

Requerimento 638-AC/X/2
Assunto: Medidas de Apoio ao Sector Empresarial no Concelho de Paredes
Autores
JORGE COSTA
AGOSTINHO BRANQUINHO
MIGUEL QUEIROZ
MIGUEL SANTOS
Enviado a: MIN ECONOMIA E DA INOVAÇÃO em : 2007-01-15

Requerimento 647-AC/X/2
Assunto: Reparação de um talude da Estrada Nacional nº365-2
Autores
LUÍS CARLOTO MARQUES
Enviado a: MIN OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES em : 2007-01-15

Requerimento 648-AC/X/2
Assunto: Violência de Gangs no Metro de Lisboa
Autores
MOTA AMARAL
JOAQUIM PONTE
Enviado a: GOVERNO em : 2007-01-15

Requerimento 649-AC/X/2
Assunto: Atraso no cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado em relação a Empresa de Electricidade dos Açores (EDA)
Autores
MOTA AMARAL
JOAQUIM PONTE
Enviado a: GOVERNO em : 2007-01-15

Requerimento 666-AC/X/2
Assunto: Direcções Distritais de Finanças
Autores
RICARDO MARTINS
JOSÉ MANUEL RIBEIRO
MIGUEL FRASQUILHO
Enviado a: MIN ESTADO E DAS FINANÇAS em : 2007-01-22

Requerimento 667-AC/X/2
Assunto: Construção de instalações da Escola Superior de Tecnologia e



**Gestão de Oliveira do Hospital**

Autores
 FERNANDO ANTUNES
 Enviado a: MIN CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO
 SUPERIOR em: 2007-01-22

Requerimento 676-AC/X/2

Assunto: Segurança Pública no Concelho de Paredes

Autores
 AGOSTINHO BRANQUINHO
 JORGE COSTA
 MIGUEL SANTOS
 Enviado a: MIN ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
 em: 2007-01-22

Requerimento 677-AC/X/2

Assunto: Criação do Centro de Emprego de Paredes

Autores
 AGOSTINHO BRANQUINHO
 JORGE COSTA
 MIGUEL SANTOS
 Enviado a: MIN TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL
 em: 2007-01-22

Requerimento 678-AC/X/2

Assunto: Acessibilidades no Concelho de Paredes

Autores
 AGOSTINHO BRANQUINHO
 JORGE COSTA
 MIGUEL SANTOS
 Enviado a: MIN OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E
 COMUNICAÇÕES em : 2007-01-22

Requerimento 679-AC/X/2

Assunto: Investimentos do Estado na Região Autónoma dos Açores

Autores
 MOTA AMARAL
 JOAQUIM PONTE
 Enviado a: GOVERNO em : 2007-01-22

Requerimento 680-AC/X/2

Assunto: Balcões complementares de atribuição de subsídios de desemprego no Município de Guimarães

Autores
 EMÍDIO GUERREIRO
 Enviado a: MIN TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL
 em : 2007-01-22

Requerimento 681-AC/X/2

Assunto: Compra de material destinado às aulas de Clínica e Pré-Clínica, na Faculdade de Medicina Dentária, da Universidade do Porto

Autores
 EMÍDIO GUERREIRO
 Fernando Antunes
 Enviado a: MIN CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO
 SUPERIOR em: 2007-01-22

Requerimento 682-AC/X/2

Assunto: Igreja de Santa Cruz de Coimbra - Túmulo do Rei D. Afonso

Henriques
 Autores
 Miguel Queiroz
 Nuno da Câmara Pereira
 Enviado a: MIN CULTURA em : 2007-01-22

Requerimento 204-AL/X/2 a Requerimento 223-AL/X/2

Assunto: Petição à Assembleia da República sobre "Tratamento Condigno e Pelo Fim do Extermínio dos Animais em Canis/Gatis Municipais"

Autores
 LUÍS CARLOTO MARQUES
 Enviado a : Câmara Municipal de Aveiro, Bragança, Braga, Beja, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Funchal, Guarda, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Ponta Delgada, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu. em: 2007-01-22

AGENDA PARLAMENTAR

QUARTA-FEIRA,
 DIA 31 DE JANEIRO DE 2007, 15:00H

PERÍODO DA ORDEM DO DIA
 Interpeção ao Governo n.º 10/X (BE)
 (Políticas de Ordenamento do Território e Ambiente)

QUINTA-FEIRA,
 DIA 01 DE FEVEREIRO DE 2007, 15:00H

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DA ORDEM DO DIA
 Debate de interesse relevante
 (Sobre as propostas de programas operacionais no âmbito do QREN)
VOTAÇÕES no final do debate

SEXTA-FEIRA,
 DIA 02 DE FEVEREIRO DE 2007, 10:00H

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

APR n.º 34/X (PSD)

(Oitava alteração ao Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 265/93, de 31 de Julho)

APR n.º 35/X (PCP)

(Atribui ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior a competência para proceder à simplificação e integração num regime comum das regras a que está sujeito o reingresso, mudança de curso ou transferência para cursos de licenciatura e para ciclos de estudos integrados conducentes ao grau de mestre dos estudantes oriundos de estabelecimentos de ensino superior nacionais e estrangeiros)

APR n.º 38/X (PCP)

(Administração do Porto de Sines, SA, a concessionar, mediante concurso público, o serviço público de movimentação de cargas no terminal especializado de graneis líquidos do Porto de Sines e de gestão integrada dos resíduos gerados na área de jurisdição do porto, e aprova as bases do contrato de concessão)

PSD acusa Governo de partidarizar Inspeção Administrativa Regional



O líder da bancada do PSD no parlamento açoriano, Clélio Meneses, acusou o Governo Regional socialista de partidarizar a actividade da Inspeção Administrativa do arquipélago. Numa declaração política na Assembleia Regional, Clélio Meneses apresentou vários dados que, segundo os sociais-democratas, comprovam que o trabalho da Inspeção Administrativa Regional (IAR) não é feito com a “imparcialidade” e com a “isenção” que se impõe a um órgão fiscalizador.

“É preciso que os açorianos saibam que a Inspeção Administrativa Regional não promoveu qualquer acção inspectiva à gestão das secretarias regionais ou direcções regionais nestes 10 anos de governação socialista”, salientou o líder parlamentar do PSD/Açores, para quem as autarquias social-democratas foram, também, mais inspeccionadas do que as geridas pelos socialistas.

O deputado do CDS/PP, Artur Lima, também lançou críticas ao trabalho da Inspeção Administrativa Regional, para quem o inspector regional está transformado num “comissário político” do PS.

O PSD já anunciou que vai apresentar no Parlamento uma proposta de “dignificação e credibilização” da Inspeção Administrativa Regional, defendendo, concretamente, que os respectivos planos de actividades sejam apresentados e votados pelos deputados.

Recentemente, o líder do PSD/Açores, Carlos Costa Neves, defendeu a extinção da Inspeção Administrativa Regional, alegando que a sua ligação ao Governo açoriano impede que exerça a actividade com independência.

“O único caminho que podemos seguir é o de esperar pela sua extinção”, disse Costa Neves na ocasião, para quem a “Inspeção Administrativa Regional (IAR) não é o órgão que devia ser e tem uma ligação ao Governo que não lhe permite exercer a sua actividade com independência”.

Costa Neves reagiu, assim, à decisão da IAR de considerar infundadas as queixas apresentadas em Outubro pelo grupo parlamentar do PSD/Açores sobre eventuais ilegalidades na atribuição de apoios pela Segurança Social.

Marques Mendes em visita a três ilhas, encerra jornadas parlamentares

O líder do PSD, Marques Mendes, iniciou ontem uma visita a três ilhas dos Açores, onde vai visitar várias instituições, reunir-se com militantes e responsáveis autárquicos e participar no encerramento das jornadas parlamentares regionais social-democratas.

Marques Mendes vai visitar, quinta-feira, o laboratório da Universidade dos Açores ligado às energias renováveis (LAMTEC), na ilha Terceira, seguindo depois para a ilha de São Jorge, onde se reúne com cooperativas de lactínios e com militantes e autarcas do partido.

Acompanhado pelo líder regional Carlos Costa Neves, Marques Mendes regressa sexta-feira à ilha Terceira, dia que vai ser dedicado a visitar uma escola profissional e a um encontro com militantes, autarcas e responsáveis da sociedade civil, adiantou a mesma fonte.

No sábado, o líder dos sociais-democratas vai encerrar, em Ponta Delgada, as jornadas parlamentares que vão juntar as bancadas do PSD nas assembleias

da República e Regional, para analisar os “Parlamentos no Século XXI”.

Durante os trabalhos, os deputados vão debater as alterações do Estatuto Político-Administrativo dos Açores, que prevê um alargamento das competências legislativas da região, na sequência da revisão constitucional de 2004.

O parlamento açoriano criou uma comissão eventual para alterar o Estatuto dos Açores, que prevê que os trabalhos estejam concluídos em Maio deste ano.

Recentemente, o parlamento açoriano aprovou um projecto de resolução que adiou o prazo para a apresentação do relatório final da comissão eventual encarregue desta matéria.

As duas bancadas vão debater, ainda, os mecanismos de controlo dos governos pelos parlamentos, assim como o processo de “isolamento dos Açores face ao resto do país”, disse.

Nesta matéria, fonte do grupo parlamentar do PSD/Açores adiantou à Lusa que, em concreto, vão estar em análise o aumento do preço nas ilhas das publicações especializadas nacionais, a fusão do serviço público de televisão e rádio e os meios de segurança marítima. – **Nota da Redacção: Leia em “Povo Livre Online” o programa completo desta visita. Fontes: Lusa e DN**

Grupo Parlamentar do PSD vai procurar antecipar em meio ano o julgamento da Conta da Região

O Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Legislativa dos Açores anunciou quinta-feira que vai apresentar uma anteproposta de lei com objectivo de antecipar em meio ano a aprovação da Conta da Região pelo Parlamento.

O projecto da bancada social-democrata surge pelo facto de os deputados estarem, nesta altura, a apreciar a Conta da Região de 2004, ou seja, mais de dois anos após o encerramento das contas.

“Já se perderam dois anos, visto que o Parlamento está neste momento, a meio de Janeiro de 2007, a discutir a Conta de 2004, e ao encurtar o prazo em seis meses poderemos ganhar muito em matéria de gestão dos dinheiros públicos”, afirmou o deputado António Marinho, durante a apresentação da anteproposta.

O parlamentar social-democrata lembrou que já passaram dois exercícios, de 2005 e 2006, em que poderiam ter sido introduzidas alterações na gestão orçamental que levassem a que algumas das recomendações do Tribunal de Contas relativas a 2004, já tivessem sido acolhidas.

A bancada do PSD explicou ainda que esta proposta irá permitir estabelecer “prazos idênticos” aos que são praticados pela Assembleia da República em relação à aprovação à Conta Geral do Estado.

Caso a anteproposta de lei dos social-democratas seja aprovada pelo parlamento açoriano, dará depois entrada na Assembleia da República, que tem exclusiva competência para proceder à alteração dos prazos para a aprovação da Conta da Região pela Assembleia Legislativa dos Açores.

A maioria socialista no Parlamento acabou por aprovar a Conta da Região de 2004, contestado pelos partidos da oposição, por conter ainda muitos subsídios atribuídos “de forma ilegal”, de acordo com as denúncias do relatório do Tribunal de Contas. – **Fonte: Lusa**

Sérgio Ávila, vice-presidente do Governo, explicou que o número de subsídios atribuídos sem cabimento legal diminuíram substancialmente de 2003 para 2004, mas recusou-se a aceitar que se tratam de “subsídios ilegais”.

Notícias de Almeirim

Debate sobre o aborto foi sucesso de participação



Realizou-se no passado sábado, 27 de Janeiro, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Almeirim, um debate sobre o aborto, promovido pela secção de Almeirim do Partido Social-Democrata.

Participaram, como oradores neste debate, o Dr. António Pinheiro Torres (advogado), Padre Miguel Gonçalves Ferreira, SJ (do Centro Universitário Padre António Vieira) e Eng.º António Campos (Presidente da Comissão Executiva do NERSANT, ex-director da Segurança Social de Santarém) pelo não, e Dra. Luísa Portugal (médica, ex-deputada do PS), Dra. Marisa Falcão (advogada) e Dra. Elisa Zola (professora do ensino secundário), pelo sim.

Tema já amplamente debatido, nos órgãos de comunicação social, pelos comentadores sociais e políticos, a liberalização do aborto, também chamada de «Interrupção Voluntária da Gravidez» foi abordada por todos os presentes

nos mais variados ângulos: médico, jurídico, social, moral e educacional.

Neste contexto, e nunca perdendo de vista o quão fundamental é para todos esclarecer a sua opinião e o seu conhecimento, que se realizou este debate, contribuindo com mais uma ideia, mais um pensamento, mais uma reflexão.

Durante cerca de duas horas e meia, os muitos presentes no auditório do Salão Nobre dos Paços do Concelho de Almeirim ouviram atentamente as razões dos dois lados e interagiram com os oradores, colocando questões e confrontando com as suas opiniões pessoais.

O propósito que o PSD de Almeirim se propôs com a realização deste debate de ideias e de esclarecimento da população foi plenamente alcançado.

Depois do sucesso deste iniciativa, só resta que os eleitores não se abstenham do seu direito/dever cívico e que votem no próximo dia 11 de Fevereiro. - CPS/ PSD de Almeirim



Notícias do Algarve

Criticas ao encerramento do consulado de Portugal em Sevilha

O deputado do PSD Mendes Bota criticou o encerramento do consulado de Portugal em Sevilha, previsto no projecto de reestruturação consular, considerando-o um “colossal erro estratégico do Governo português”.

Num requerimento enviado ao Governo, o deputado sublinha que o encerramento do consulado em Sevilha é “especialmente gravoso para o Algarve”, que mantém relações “multisseculares” com a Andaluzia.

“Relações essas que sempre

foram de complementaridade, com trocas comerciais intensas e uma não menos intensa emigração recíproca, que estreitaram laços entre os dois lados da fronteira”, lê-se no documento.

Por isso, considera que em vez de encerrar o consulado, o Governo devia revitalizá-lo, fazendo dele “um pólo de incremento das relações estratégicas em tre Algarve e Andaluzia”.

Mendes Bota afirma ainda que o consulado tem “um intenso movimento, não só no apoio a cidadãos portugueses, mas também no apoio a cidadãos de outras na

cionalidades, sobretudo a brasileira, que trabalham em Portugal, mas ali se deslocam por ser o posto consular mais próximo das suas residências”.

“Trata-se de um consulado financeiramente rentável, pois as receitas são cinco vezes superiores aos custos de financiamento”, acrescenta.

O deputado social-democrata indica ainda que o “esplêndido edifício” onde funciona o consulado foi construído por Portugal para a Exposição Internacional de 1929, situa-se no centro da cidade e foi “cedido gratuitamente” pelo Município de Sevilha.

“O acordo de concessão foi

renovado em 2004 com duração até 2054, sem pagamento de qualquer renda”, acrescentou.

O social-democrata defendeu também que os custos com pessoal são “parcos, porquanto a representação consular portuguesa comporta apenas um cônsul e um chanceler”.

Mendes Bota considera ainda que o consulado em Sevilha é também uma base para a promoção e divulgação de Portugal em vários domínios, desde a economia à cultura.

O projecto de reestruturação consular do Governo prevê o encerramento de 17 consulados em oito países. – Fonte: Lusa

Vice-presidente do PSD diz que “equipa” de Carmona continua ter apoio partido

O vice-presidente social-democrata Azevedo Soares garantiu no dia 25 que a “equipa do PSD” na Câmara de Lisboa continua a ter o apoio do partido, considerando que existe apenas um problema com uma vereadora.

“O problema da manutenção da confiança nem se coloca. O PSD ajudou na eleição da equipa, todos os vereadores foram eleitos e têm de se manter no exercício das suas funções”, disse à Lusa Azevedo Soares.

Afastando por completo a hipótese da realização de eleições intercalares por considerar que “se criaria uma instabilidade que apenas prejudicaria a cidade”, Azevedo Soares assegurou que o partido irá continuar a apoiar a equipa eleita.

“O PSD não vai deixar de alterar a sua posição só porque uma vereadora tem um problema”, sublinhou, numa referência à vereadora do Urbanismo, Gabriela Seara, constituída arguida no âmbito das investigações da PJ ao processo do Parque Mayer.

“Uma vereadora foi constituída arguida, vamos aguardar a ver o que ela faz, se suspende ou não o mandato. O PSD apenas deseja que a justiça seja célere, rápida e eficaz e que a Câmara Municipal continue a governar com a legitimidade que lhe foi conferida”, acrescentou.

Questionado sobre se entende que o presidente Carmona Rodrigues tem condições para se manter no cargo, Azevedo Soares foi peremptório, considerando que a autarquia não está em jogo.

“Claro que tem condições, o que existe é um problema com uma vereadora. Não é a Câmara que está em jogo”, afirmou.

Distrital de Lisboa do PSD apela à PGR para rápido desfecho investigações

A distrital de Lisboa do PSD apelou hoje à Procuradoria-Geral da República (PGR) para um rápido desfecho das investigações relacionadas com negócios com a Bragaparques, que levaram a PJ a fazer buscas em edifícios camarários.

A comissão política distrital do PSD da Área Metropolitana de Lisboa apela, em comunicado, à PGR para “um integral esclarecimento de todas as situações e um célere desfecho das investigações em curso, a bem da Justiça e do bom-nome dos senhores vereadores e da Câmara Municipal de Lisboa”.

A distrital “expressa solidariedade” com o presidente e os vereadores da Câmara Municipal de Lisboa e “apoia e sublinha a dignidade da decisão de suspensão do mandato autárquico” da vereadora do Urbanismo na Câmara de Lisboa, Gabriela Seara, considerando “essencial que a vida pública seja um referencial”.

O PSD/Lisboa sublinha “a elevação e firmeza com que o executivo reagiu a uma situação de grande complexidade” e “incentiva o executivo a prosseguir, no cumprimento do programa eleitoral sufragado pelos lisboetas”.

Carmona Rodrigues encontrou, ao assumir o mandato, uma proposta “confusa” para o Parque Mayer, que lhe levantava “as maiores dúvidas” e elaborou outra, que foi aprovada na AM (de maioria de esquerda)

O presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carmona Rodrigues lembrou, em entrevista ao telejornal das 20 da RTP, que o seu antecessor na autarquia, Pedro Santana Lopes, lhe tinha deixado elaborada uma proposta “confusa” para o Parque Mayer, que lhe levantava “as maiores dúvidas”.

“Quando regresssei do Governo às funções de presidente da Câmara encontrei uma proposta que foi rotundamente chumbada na Assembleia Municipal”, disse Carmona Rodrigues à RTP.

O autarca lisboeta referiu que essa proposta, que tinha sido elaborada durante a presidência de Pedro Santana Lopes, era “confusa” e lhe levantava “as maiores dúvidas”.

Carmona Rodrigues decidiu, depois, elaborar uma nova proposta, que acabaria por ser aprovada na Câmara e na Assembleia Municipal, na altura controlada pela esquerda, com os votos do PS.

O presidente da Câmara reagiu, assim, a declarações de Santana Lopes, que afirmou ter tido “dúvidas jurídicas” sobre a forma como decorreu a hasta pública de parte dos terrenos da Feira Popular, por não saber “se havia ou não lugar ao direito de preferência”.

Sobre esta matéria, Carmona Rodrigues respondeu que o “direito de

preferência” da Bragaparques sobre parte dos terrenos da feira popular estava prevista na proposta da permuta do Parque Mayer, ao abrigo do “regulamento do património”.

Carmona Rodrigues sublinhou que “todos os concorrentes tomaram conhecimento e não contestaram” esse “direito de preferência” da Bragaparques.

Em causa está a permuta, aprovada ao início de 2005, entre os terrenos privados do Parque Mayer, propriedade da Bragaparques, e de parte dos



A Declaração da Vereadora Gabriela Seara

A vereadora Gabriela Seara, em reacção aos acontecimentos, pediu a suspensão de mandato, lendo o seguinte comunicado:

«Na política não vale tudo. E na política, como em tudo na vida, sou daquelas que acredita em princípios e em valores, não como fórmulas vazias ou frases feitas mas como regras de conduta exigentes, a que devo obediência. Desses princípios e valores não posso, não devo e não quero abdicar.

Desde que tomei posse que venho exercendo as minhas funções com entusiasmo e, quero dizê-lo com toda a clareza, gosto e empenho. Tenho para mim que no exercício da actividade política se deve ser exemplo e referência, nos bons e nos maus momentos.

Objectivamente, a sucessão de factos ocorridos no dia de ontem e a constituição de arguida afectam negativamente a minha imagem perante a opinião pública e permitem que se instale um clima de suspeição sobre cada acto que eu venha a praticar, por muito injusto que isso seja - e é.

Acresce que a dignidade da instituição que sirvo e o respeito que me merecem os lisboetas só são compatíveis com atitudes de firmeza e de transparência política. Do mesmo modo a defesa da minha honra e do meu bom-nome são obrigações de que não abdicar em nenhuma circunstância.

Assim, tomei a decisão de solicitar, de imediato, a suspensão do meu mandato de Vereadora da Câmara Municipal de Lisboa e de me disponibilizar, perante o senhor Procurador-Geral da República, pedindo-lhe para que seja feita uma integral e rápida investigação. Peço esta suspensão por um período de oito meses, que é o prazo legalmente previsto para a conclusão do inquérito.

Quero dizer que esta não foi uma decisão fácil. Não tenho qualquer apego ao poder. E o poder resolver problemas das pessoas faz-me feliz. Não tenho condições, apesar de tranqüila, para continuar. Todos os meus actos estariam sob suspeita, e eu não consigo trabalhar assim.

Quero por último agradecer a todos quantos me apoiaram e dizer-lhes que sem eles não conseguiria produzir o trabalho que fiz. A si, senhor Presidente, devo-lhe a minha lealdade e, acima de tudo, conta para sempre com a minha amizade.»

terrenos municipais da Feira Popular, em Entrecampos.

Posteriormente, a Bragaparcas adquiriu em hasta pública a parte restante dos terrenos de Entrecampos, passando a deter a totalidade da área antigamente ocupada pela Feira Popular, exercendo um “direito de preferência” – ou seja, o de igualar a proposta mais valiosa apresentada.

A permuta dos terrenos do Parque Mayer por parte dos terrenos municipais da Feira Popular foi aprovada na Câmara a 4 de Fevereiro de 2005, com os votos favoráveis da maioria PSD/CDS-PP e do PS e apenas os votos contra da CDU.

Em declarações à estação pública de televisão, Carmona Rodrigues sublinhou que a partir do momento em que há uma decisão camarária, uma proposta deixa de ser “a decisão do senhor A ou B”.

“A partir do momento em que há proposta aprovada em Câmara e Assembleia Municipal, a proposta é da Câmara, não é minha”, afirmou.

“Tudo isto foi visto à lupa pelo PSD, PS, PCP, por dezenas de pessoas na Câmara e centenas de pessoas na Assembleia Municipal”, sublinhou.

Na Conferência de Imprensa do Presidente e Vereação, na Sexta-feira, Gabriela Seara pede suspensão de mandato



No Salão Nobre dos paços do Concelho, na sexta-feira, realizou-se uma conferência de Imprensa, com a presença do Presidente e Vereação executiva da Câmara,

no decorrer da qual foi lido um Comunicado de toda a vereação e uma declaração da Vereadora Gabriela Seara

No comunicado afirmava-se: «Face aos factos ocorridos nos últimos dias e às notícias que têm vindo a ser divulgadas pela comunicação social, os Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa, em reunião realizada hoje por iniciativa do seu Presidente, deliberaram tornar público que, por unanimidade, foi acordado:

1. Repudiar vivamente que possam ser feitos julgamentos públicos sobre a conduta ou responsabilidade na condução de processos em total desrespeito pelo princípio da presunção de inocência.

2. Instar as competentes autoridades para a rápida conclusão dos processos de averiguação em curso, mandatando expressamente o Presidente para transmitir pessoalmente esta posição a Sua Excelência o Procurador Geral da República, considerando os prejuízos que uma menor celeridade acarretaria para o Município e para a capital.

Mais se comunica que o Presidente e os Vereadores que integram a maioria declararam ainda que consideram não existir qualquer condicionamento legal ou político à normal prossecução do mandato.

As forças da oposição, por seu lado, manifestaram a sua disponibilidade para continuar a cumprir o mandato que lhes foi conferido pelos eleitores, na defesa do melhor interesse da cidade.

Paços do Concelho de Lisboa, aos 25 de Janeiro de 2007»

Apresentação de Plano de Contingência para Vagas de Frio

Teve lugar no dia 25 de Janeiro, no Palácio do Machadinho (Madragoa), a apresentação do Plano de Contingência para a População de Rua Perante as Vagas de Frio para o município da capital.

Este Plano integrado entre a Câmara Municipal de Lisboa, o Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil e a Cruz Vermelha Portuguesa, no qual a CML pretende envolver outras entidades que trabalham com a população de rua, é uma novidade na capital.

Reciclagem continua a crescer em Lisboa

A cidade de Lisboa separou, em 2006, dos resíduos que produziu, 53 mil toneladas de materiais recicláveis, cerca de 15,6% do total de resíduos recolhidos, o que representa um aumento de 33% relativamente a 2005, ano em que foram conduzidas a reciclagem 40 mil toneladas de resíduos.

No ano transacto, relativamente a 2005, a fracção papel/cartão cresceu 12,2%, o vidro de embalagem 10,8% e as embalagens de plástico registaram um crescimento de 28%, o que denota o acentuar da tendência já verificada nos anos anteriores para o reforço da adesão dos munícipes à separação das fracções recicláveis correspondendo ao esforço dos serviços na implementação de novas soluções para a remoção selectiva através do alargamento do sistema porta a porta e da instalação de eco-ilhas em novas áreas da cidade.

Em 2006, o tratamento e destino final dos resíduos sólidos urbanos recolhidos pelo Município custou à Câmara Municipal cerca de 6,5 milhões de euros, sensivelmente o mesmo que em 2005.

Já as economias resultantes da implementação da recolha selectiva em 2005 cifraram-se em 2,5 milhões de euros, dos quais 1,6 milhões correspondem a receita proveniente da venda de materiais recicláveis, enquanto que em 2006 atingiram 3,2 milhões de euros, dos quais, 2 milhões correspondem à receita dos subprodutos dos resíduos. Ou seja, em 2006 registou-se um crescimento de 25% da receita proveniente da reciclagem.

Se, a este nível, compararmos o ano de 2006 com o de 2002, verificamos que a factura de tratamento e destino final dos resíduos sólidos urbanos em Lisboa desceu de 7,9 milhões de euros para 6,5 milhões (menos 21%) e que, em igual período, a receita da reciclagem quase triplicou, crescendo de 770 mil euros para 2 milhões de euros.

Dados de 2006 indicam, por outro lado, que a quantidade de resíduos sólidos urbanos recolhidos pelos serviços de limpeza do Município cresceu, pela primeira vez, em 10 anos, o que poderá dever-se a um ligeiro crescimento da população da cidade ou a uma ligeira melhoria do nível de vida dos munícipes ou, ainda, à conjugação destes dois factores.

Com efeito, desde 1996, ano em que os serviços municipais recolheram 419 mil toneladas, que se verificava que a produção de resíduos na cidade vinha decrescendo, atingindo o valor mais baixo em 2005, com cerca de 333 mil toneladas. Em 2006 foram recolhidas pouco mais de 340 mil toneladas, o que representa um crescimento de 2% relativamente ao ano anterior.

– Recolha e selecção de textos do “Povo Livre”; fotos arquivo e ©CML



Rui Rio quer retoma da expansão da rede do Metro até Maio

O presidente da Junta Metropolitana do Porto, Rui Rio, reclamou na terça-feira que o processo de alargamento da rede do Metro do Porto recomeça até Maio, sob pena de estar criado “um problema” com o Governo.

“Desde que este Governo está lá, não se fez nada. No pouco tempo do governo de Santana Lopes também não se fez nada, por isso a Metro do Porto já está parada há mais de dois anos”, disse Rui Rio, em entrevista ao Rádio Clube Português.

Rui Rio afirmou que tem tido “alguma paciência” perante o impasse em torno do lançamento, suspenso pelo Governo, de novas obras projectadas pela empresa Metro do Porto, salientando que, contudo, o Ministério das Obras Públicas lhe garantiu que o processo será desbloqueado em Fevereiro, com o anúncio do novo modelo de financiamento e gestão da empresa.

Segundo o autarca, “estará criado um problema” se o Governo não desbloquear o processo tendente à construção das novas linhas logo depois de aplicado o novo modelo, em Março, Abril ou Maio.

“Há gente a pensar que o Governo quer atrasar tudo para que em 2009, ano de eleições autárquicas, haja um pandemónio de obras. Eu ainda não penso assim mas qualquer dia começo também a pensar assim”, disse.

“Não fui eleito para ser oposição ao Governo nem o Governo foi eleito para ser oposição à Câmara do Porto”, afirmou o autarca, salientando que, contudo, o Executivo tem tido uma “atitude ofensiva para o Porto e a Área Metropolitana do Porto” na área dos transportes, nomeadamente no que se refere ao metro.

O presidente da Junta Metropolitana e da Câmara do Porto criticou a sobrevalorização dada

sempre que há a “mínima coisa” menos bem na Metro do Porto, quando não há tratamento igual relativamente a outras empresas públicas de transportes.

Rui Rio considerou “secundário” saber se a maioria do capital da Metro do Porto se mantém na Junta Metropolitana ou passa para o Estado central, bem como quem deve gerir a empresa, apesar de defender que a gestão deveria continuar a ser feita pela primeira, à semelhança do que acontece noutras cidades europeias.

“Faça-se é a obra, que o resto para mim é mais ou menos indiferente”, referiu, definindo como prioritárias as linhas de Gondomar e da Boavista e a conclusão das linhas da Trofa e de Gaia. Na entrevista, Rui Rio referiu-se a outros temas polémicos na cidade, como a reestruturação da rede de autocarros da STCP e a concessão do Teatro Rivoli a Filipe La Féria, e escusou-se a revelar que futuro político ambiciona no PSD.

O autarca justificou o seu silêncio sobre a contestação à nova rede da STCP afirmando que confia na forma como o vereador do Urbanismo e Mobilidade, Lino Ferreira, tem gerido o processo negocial com a empresa.

“O vereador diz-me que haverá razões de algumas queixas de alguns utentes, coisas que já foram corrigidas. Não estou de costas para os problemas dos utentes. Não estou é a fazer espectáculo público à custa desse descontentamento”, disse.

Sem referir nomes, Rui Rio admitiu que haja alguém a “manipular” quem se manifesta contra a nova rede da STCP, com o verdadeiro objectivo de fazer oposição ao Governo.

Para o autarca, não fazem sentido algumas críticas à supressão de linhas de autocarros, nomeadamente nos



percursos agora servidos pelo metro.

“Quando houver metro na Avenida da Boavista, não faz sentido nenhum os autocarros fazerem corridas com o metro pela avenida abaixo a ver quem chega primeiro”, frisou.

O autarca disse ainda que a Câmara do Porto vai “poupar muito” com a concessão do Rivoli, dado que estava a gastar com este teatro “o dobro” do montante investido na reabilitação das escolas.

A par da poupança financeira para a autarquia, Rui Rio afirmou que Filipe La Féria vai levar nova animação à Baixa do Porto, com “espectáculos que atraem muito público”.

Junta Metropolitana do Porto tem audiência com o Presidente do Tribunal de Contas e em Fevereiro, com o Ministro

Entretanto, Rui Rio anunciou que a Junta Metropolitana do Porto está hoje (quarta-feira, 31 de Janeiro) a ser recebida em audiência pelo Presidente do Tribunal de Contas e ainda pelo Ministro das Obras Públicas, por causa do Metro

Recorde-se que o agendamento da referida reunião tinha sido pedido em Dezembro último, na sequência das conclusões «de cunho claramente político» do Relatório do TC sobre a Empresa Metro do Porto, e que mereceram a contestação unânime por parte de todos os presidentes de Câmara que integram a JMP.

«Trata-se de um encontro destinado a transmitir de viva voz ao Presidente do TC a nossa crítica unânime ao conteúdo do Relatório, que, para além da sua vertente técnica, contém componentes eminentemente

políticas que consideramos completamente desadequadas a um Tribunal de Contas», observou Rui Rio.

Entretanto, esta semana o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, comprometeu-se pessoalmente com o Presidente da JMP a marcar para Fevereiro uma reunião, por diversas vezes solicitada pela Direcção daquela estrutura metropolitana, com vista a analisar o futuro do Metro.

Mário Lino assegurou que, naquele encontro de trabalho, já estará em condições de apresentar à JMP as propostas do Governo no âmbito do financiamento, expansão da rede e modelo de gestão da Metro do Porto.

Por seu lado, Guilherme Pinto e Castro Almeida, deram conta, na qualidade de vice-Presidentes da JMP, de outros assuntos relevantes discutidos na reunião de hoje, tais como a intervenção na Estrada da Circunvalação, a apresentação do Plano Lipor e a preparação da reunião com a Ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, a efectuar no próximo dia 2 de Fevereiro, no âmbito do Conselho Metropolitano de Vereadores da Educação.

O encontro servirá para avaliar qual o apoio que os autarcas da AMP poderão conceder ao projecto ministerial, no sentido de contribuir para alargar fortemente a oferta de formação profissional e de cursos de educação/formação nas escolas do 3º ciclo e secundárias, ao nível da identificação das carências existentes, construção de infra-estruturas funcionais, etc..

Quanto ao QREN – 2007/2013 – outra das matérias em análise – as principais preocupações incidem no



futuro modelo de gestão, em particular na qualidade técnica dos organismos que irão decidir dos projectos a levar a cabo e na necessidade de desconcentrar competências nesta matéria.

A JMP está já, de resto, a elaborar um documento destinado a dar a sua contribuição, no âmbito da discussão pública sobre o Quadro de Referência Estratégico Nacional. - **Lusa**

Deputados eleitos pelo PSD contra eventual fecho de quatro esquadras da PSP

O coordenador dos deputados do PSD eleitos pelo círculo do Porto, Jorge Costa, criticou hoje o eventual encerramento de quatro esquadras da PSP na cidade do Porto, sem a apresentação prévia de soluções alternativas.

“O Governo está, mais uma vez, a prejudicar sectores estruturais da nossa sociedade, aparentemente em nome do controlo das finanças públicas, ao mesmo tempo que investe quantias astronómicas em projectos faraónicos e desnecessários em sessões de propaganda salaio”, disse Jorge Costa, em conferência de imprensa. Jorge Costa acusou o Governo de “desnorte”, “autismo total” e “descoordenação de informação” em matéria de segurança pública, ao dar informações contraditórias sobre o que pretende fazer para combater as más condições das esquadras da PSP no Porto.

“Depois de muitos meses de inércia, sabe-se agora de um pretenso estudo cujas conclusões vêm contrariar todas as nossas expectativas. Ao invés de promover uma dignificação das condições de trabalho dos agentes de segurança, o Governo procederá ao encerramento de muitas destas esquadras que exigem renovações”, disse o deputado.

Jorge Costa referia-se a um estudo da PSP, classificado como reservado que aponta para o encerramento de quatro das 15 esquadras do Porto.

Os autores do Estudo da Reestruturação do Dispositivo Policial da Cidade do Porto asseguram que os bairros problemáticos de S. João de Deus e Lagarteiro, no Porto, ficam mais seguros se fecharem as suas esquadras, o que permitiria libertar 24 agentes, actualmente em funções burocráticas, para reforço do dispositivo operacional.

Com esta “melhor gestão dos recursos humanos” seria possível um patrulhamento de proximidade e visibilidade “de forma que a população tenha a consciência da presença sistemática do dispositivo policial nas ruas”, lê-se no documento que o Comando Metropolitano tem entre mãos.

Ainda assim, reconhece-se que o fecho das esquadras de S. João de Deus e Lagarteiro - ambas na freguesia de Campanhã, a maior da cidade - poderia potenciar um “sentimento de perda” de segurança das populações.

Neste estudo, que abrange toda a organização policial na cidade do Porto, propõe-se o fecho de mais duas das 15 esquadras actualmente existentes: uma e m Cedofeita (11ª, Praça Coronel Pacheco) e outra em Paranhos (13ª, Monte dos Burgos).

Para o coordenador dos deputados do PSD eleitos pelo Porto, “os problemas áticos bairros” de S. João de Deus e do Lagarteiro “verão a sua frágil segurança seriamente posta em causa” se o Governo consumir o encerramento das respectivas esquadras.

Jorge Costa acusou o Ministério da Administração Interna de “desnorte”, ao ter respondido em Maio a um requerimento dos deputados do PSD referindo que a esquadra do Lagarteiro estava “desactivada”, corrigindo em Dezembro a informação ao referir que “a intenção do Governo não passa por extinguir a dita esquadra [do Lagarteiro], antes por recolocá-la em novas e melhores instalações”.

O deputado exigiu também que o Governo esclareça “quem são os seus interlocutores”, numa alusão a declarações do coordenador dos deputados do PS eleitos pelo Porto, Fernando Jesus, citadas pelo diário Público em Agosto, de que o executivo estava “a estudar, em conjunto com a junta de freguesia e a própria PSP, a futura localização da nova esquadra do Lagarteiro”.

Jorge Costa considerou “extraordinariamente grave” que o Governo esteja a estudar a localização de uma esquadra “directamente com uma junta de freguesia, a de Campanhã, presidida por um autarca do PS”, excluindo a Câmara do Porto, liderada por um autarca do PSD, do estudo feito pela PSP.

Os deputados sociais-democratas eleitos pelo Porto vão “questionar o Governo sobre quantas juntas de freguesia do país estão, em conjunto com o Governo, a participar neste estudo para decisão de futuras localizações de esquadras”.

Os mesmos deputados vão solicitar reuniões com o Comando Metropolitano do Porto da PSP e com o presidente da Câmara do Porto, Rui Rio, para saber o que vai mudar com a reestruturação das esquadras e de que forma a autarquia tem sido chamada a participar no processo.

“Há toda uma confusão que não se compreende. Em primeiro lugar, queremos clareza em todo este processo, que tem inúmeras contradições”, disse o deputado Sérgio Vieira, presidente da “councilha” do Porto do PSD.

Rui Rio já se manifestou favorável ao hipotético encerramento das esquadras da PSP dos bairros de S. João de Deus e Lagarteiro, desde que as soluções alternativas sejam



melhores.

“São duas zonas onde há insegurança. Se as esquadras funcionam de uma dada maneira e há insegurança, então é melhor mudar”, disse Rui Rio, quinta-feira, salientando que só admitirá o fecho das duas esquadras se o serviço que prestam for substituído por outro que melhore a segurança naqueles bairros.

A Câmara comemora 200 anos das invasões francesas

A Câmara do Porto anunciou que o presidente da autarquia, Rui Rio (PSD), decidiu comemorar os 200 anos das invasões francesas, tendo convidado o ex-ministro Valente de Oliveira para presidir à comissão organizadora.

Em comunicado, a autarquia refere que Rui Rio considera que as invasões francesas, ocorridas entre 1807 e 1811, constituem “um momento marcante da História de Portugal, com reflexos de enorme importância em todos os vectores” da vida colectiva nacional.

O autarca defende a realização de estudos que, “numa perspectiva científica moderna, tragam nova luz sobre esse período da História, inserindo o Porto e o Norte de Portugal no factualismo da época”.

A cidade do Porto teve um papel determinante na luta das forças lusobritânicas contra as invasões francesas da Península Ibérica ordenadas por Napoleão Bonaparte.

Essa resistência aos sucessivos avanços das tropas francesas está perpetuada no Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular, erguido no centro da Rotunda da Boavista.

No despacho em que dá nota da sua decisão de nomear Valente de Oliveira, Rui Rio solicita-lhe que constitua a referida Comissão para consigo trabalhar nesse projecto e que proceda aos contactos que entender necessários para preparar o programa de acções a desenvolver.

O Presidente da CMP considera «de todo o interesse o desenvolvimento de estudos que, numa perspectiva científica moderna, tragam nova luz sobre esse período da História, inserindo o Porto e o Norte de Portugal no factualismo da

época, bem como um conjunto de iniciativas que promovam a divulgação e suscitem o interesse nesta temática por parte do público em geral» - **PL, Gab.Imp.: PSD/Porto, CMP**

Polícia Municipal equipada com 40 coletes anti-bala

A Polícia Municipal do Porto recebeu 40 coletes anti-bala oferecidos pela Liberty Seguros, no âmbito de uma parceria entre a autarquia e aquela companhia seguradora. A cerimónia da entrega simbólica dos coletes ao Presidente da CMP realizou-se nas instalações daquela corporação.

Rui Rio agradeceu o donativo na pessoa do representante daquela empresa seguradora e, acompanhado pelo Vereador da Protecção Civil, Sampaio Pimentel, aproveitou para revelar a assinatura, já no início do próximo mês, de um protocolo com a Direcção Nacional da PSP.

Ao abrigo desse convénio, a CMP suportará financeiramente a formação de 40 novos agentes, um número de efectivos equivalente ao que, em breve, irá reforçar os quadros daquela força municipal.

Ao destacar a coesão social como o objectivo número um da sua gestão autárquica, Rui Rio salientou que esse conceito pressupõe, igualmente, «uma maior segurança urbana», de que a acção policial «é um complemento imprescindível».

«De cada vez que tratamos das condições dos mais desfavorecidos do ponto de vista social, estamos a equilibrar melhor a sociedade e em particular a cidade do Porto, assegurando desde logo uma maior pacificação, segurança e qualidade de vida para todos nós», referiu o autarca.

O Comandante da Polícia Municipal do Porto, Jorge Barreira, teve a seu cargo a descrição das características técnicas e funcionais dos coletes anti-bala, cujo peso varia entre os seis e os sete quilos, dependendo do tamanho em causa. - **Lusa**

Ainda e sempre o problema da malfadada reestruturação consular

Consulados devem ter técnicos para apoiar novos emigrantes

O deputado do PSD José Cesário considerou fundamental dotar os consulados com técnicos sociais para acompanhar e aconselhar os portugueses que diariamente chegam a vários países europeus, como França e Suíça.

“Há um dado novo que não é muito conhecido em Portugal. Há um grande número de portugueses a emigrar para França”, disse José Cesário, que juntamente com o deputado social-democrata Carlos Gonçalves efectuou uma visita de quatro dias a França, Suíça e Bélgica.

Durante a visita a França, os deputados contactaram com empresários portugueses, funcionários de bancos e emigrantes da região de Lyon, que foram unânimes aos afirmar que “todos os dias chegam portugueses a esta região” para trabalhar na agricultura, construção civil e limpezas, adiantou José Cesário.

De acordo com o deputado, é impossível saber quantos portugueses estão a emigrar para França devido à inexistência de registos.

“A nova presença portuguesa não é tão facilmente notada porque a França é um país com uma elevada comunidade”, salientou.

Na Suíça, outro país visitado pelos deputados social-democratas, o aumento de portugueses é mais notório, porque os emigrantes geralmente estão inscritos nos sindicatos da hotelaria e da construção civil, adiantou.

Segundo José Cesário, anualmente chegam à Suíça entre 20 a 25 mil portugueses.

Para apoiar estes novos emigrantes, o Estado português deveria colocar à disposição técnicos sociais nos consulados que “ajudassem a resolver os problemas essenciais”, frisou.

O deputado explicou que os técnicos deveriam trabalhar em articulação com as entidades que estão

no terreno, como associações, bancos, professores, câmaras municipais e sindicatos.

Os técnicos poderiam ajudar os novos emigrantes, por exemplo, no aluguer de casa e na tradução de alguns documentos, pois a língua “é uma grande barreira”.

Contra a Reestruturação Consular: centenas de emigrantes manifestaram-se em Toulouse

No dia 21 deste mês, em Toulouse, várias centenas de emigrantes portugueses da região dos Médios Pirinéus, sudoeste de França, manifestaram-se hoje em Toulouse contra o anunciado encerramento do consulado português.

“Contra o fecho do consulado”, podia ler-se em português e francês em bandeirolas ostentadas no protesto.

Segundo os manifestantes, que desfilaram pela segunda vez em duas semanas, dezasseis consulados portugueses estão ameaçados de encerramento na Europa, seis dos quais em França, por razões económicas.

O consulado português em Toulouse é responsável pelos oito departamentos da região dos Médios Pirinéus e pelo dos Pirinéus Orientais (sul).

O encerramento do consulado em Toulouse obrigará os emigrantes portugueses a deslocarem-se a Bordéus ou a Marselha para tratarem de assuntos administrativos.

A manifestação de dia 21, entre o consulado e a Câmara Municipal de Toulouse, contou com cerca de 500 participantes, segundo a polícia.

Segundo o projecto de reestruturação consular do Governo português, em França vão encerrar os consulados de Toulouse, Lille, Orléans, Tours, Versailles e Nogent.



O Governo prevê também criar “consulados honorários” em Orléans, Tours e Toulouse, sendo os serviços de Versailles e Nogent extintos e absorvidos pelo Consulado de Portugal em Paris.

A reestruturação consular tem causado grande polémica entre a comunidade portuguesa em França,

que já promoveu não só manifestações, mas também abaixo-assinados contra a medida do Governo.

Vários ministros e responsáveis políticos franceses já transmitiram também ao executivo português preocupação relativamente à matéria. - **Secretariado das Comunidades**

Promovido pela CPS de Bruxelas

Encontro na Bélgica com os Deputados pelos círculos da Emigração, Carlos Gonçalves e José Cesário

A Secção do PSD de Bruxelas organizou na passada segunda-feira, dia 22 de Janeiro de 2007, um jantar/debate que contou com a presença dos Deputados do PSD pela Emigração Carlos Gonçalves (círculo da “Europa”) e José Cesário (círculo de “Fora da Europa”). O Deputado José Cesário é também, actualmente, o coordenador do PSD para as questões das Comunidades portuguesas. O jantar contou com a presença de quase meia centena de participantes.

Nas intervenções efectuadas pelos 2 Deputados, bem como pelos diferentes participantes, foi feita uma análise da situação política em Portugal, tendo sido destacado o crescente desencanto e mal estar da sociedade portuguesa face ao insucesso da governação do Eng. José Sócrates, bem como uma análise particular da situação das Comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo.

Neste contexto, foi realçada a gravidade e o impacto negativo sobre as Comunidades do plano de reestruturação consular apresentado pelo PS. Com efeito, e embora a Bélgica não seja afectada directamente por esse plano, a reestruturação consular apresentada pelo Governo unilateralmente, de forma autoritária e sem prévias consultas, terá consequências extremamente graves para os milhões de portugueses residentes no estrangeiro.

Foi também feita uma reflexão sobre a problemática da nova emigração. Com efeito, a crise social e económica sem precedentes vivida actualmente em Portugal continua a empurrar largas dezenas de milhares de portugueses para a emigração: para estes novos emigrantes, confrontados com graves problemas de subsistência e integração nos destinos de acolhimento, o Estado terá de providenciar nos consulados a presença de técnicos sociais capazes de lhes prestar auxílio efectivo na resolução dos seus problemas.

Finalmente, foi anunciada uma grande manifestação do PSD de Bruxelas, a organizar no mês de Abril de 2007, por ocasião dos 30 anos da Secção do PSD em Bruxelas. Esta manifestação terá como tema - “30 anos ao serviço da Comunidade portuguesa na Bélgica”. - **CPS/PSD-Bruxelas**





REGULAMENTO DO XIX CONGRESSO NACIONAL DA JSD

Artigo 1º (Local e data)

O XIX Congresso Nacional da JSD reunirá nos dias 20, 21 e 22 de Abril de 2007 em Espinho.

Artigo 2º (Ordem de Trabalhos)

A ordem de trabalhos do Congresso será a seguinte:

1. Abertura;
2. Ratificação do Regulamento do Congresso;
3. Apreciação do Relatório de Actividades da CPN;
4. Apresentação, Discussão e Votação das Moções De Estratégia Global e Sectoriais;
5. Eleição dos órgãos nacionais;
6. Encerramento.

A ordem de trabalhos só poderá ser alterada nos termos previstos no presente Regulamento.

Artigo 3º (Organização)

1. A Organização do Congresso será assegurada por uma Comissão Organizadora, composta por:

- a) Secretário Geral da JSD, que presidirá;
- b) Quatro outros militantes, a designar pela CPN.

2. Para além das tarefas que lhe forem especialmente confiadas pelo presente Regulamento, competirá à Comissão Organizadora praticar todos os actos necessários à realização do Congresso, com excepção dos que sejam da competência, nomeadamente, do Secretário-Geral e da Presidente da Mesa do Congresso.

3. As deliberações da Comissão Organizadora serão tomadas pela maioria dos seus membros.

4. De todos os actos da Comissão Organizadora caberá recurso a interpor perante a Mesa do Congresso ou o CJN em razão da matéria.

5. A Mesa do Congresso poderá solicitar o apoio da Comissão Organizadora, para um melhor desempenho das suas funções.

Artigo 4º (Requisitos para ser Congressista)

1. Só poderão ser eleitos Congressistas, os militantes inscritos na JSD há pelo menos um ano.

2. Os restantes congressistas, com

direito a voto, serão os membros em efectivo e regular exercício de funções nos órgãos previstos nas alíneas *b), c) e d)* do número 1 do Artigo 47º dos Estatutos Nacionais, de acordo com as disposições que condicionam a pertença a esses órgãos.

3. Os congressistas sem direito a voto, serão os membros em efectivo e regular exercício de funções nos órgãos previstos no número 2 do Artigo 47º dos Estatutos Nacionais, de acordo com as disposições que condicionam a pertença a esses órgãos.

Artigo 5º (Substituições)

1. Qualquer dos congressistas referidos na alínea *a)* do nº 1 do artigo 47º dos Estatutos Nacionais pode ser substituído pelo primeiro candidato não eleito da lista ou no caso de inexistência deste, pelos suplentes da lista de acordo com a respectiva ordem.

2. As substituições seguem os mesmos trâmites das inscrições e podem ser feitas durante o prazo previsto para estas.

3. Os restantes Congressistas poderão ser substituídos perante as listas dos órgãos que representam, cumprindo os prazos previstos para estas.

Artigo 6º (Acumulação)

1. Todos os militantes que forem Congressistas a mais de um título deverão optar por um deles na altura da inscrição.

2. A opção prevista no número anterior é definitiva.

Artigo 7º (Delegação de Poderes)

1. Os Congressistas militantes nas Regiões Autónomas poderão delegar os seus poderes em qualquer outro Congressista representante da mesma Região Autónoma.

2. A delegação prevista no número anterior deverá ser feita por escrito.

3. A delegação deverá ser comunicada à Mesa do Congresso no prazo previsto para a inscrição de Congressista mediante a entrega do documento a que se refere o nº 2 deste artigo, até ao início do Congresso.

4. Cada Congressista poderá

somente ser detentor de 3 votos delegados

Artigo 8º (Eleição para Congressista)

1. Os Congressistas a que se refere a alínea *a)* do nº 1 do artigo 47º dos Estatutos serão eleitos em lista fechada por sistema proporcional e método de Hondt.

2. As listas deverão ser compostas por um número mínimo de candidatos efectivos igual ao número de Congressistas a eleger, e devem incluir suplentes em nº não superior ao de efectivos.

3. As listas deverão ser assinadas por todos os candidatos efectivos e suplentes, e deverão ser propostas nos termos previstos do Artigo 23º dos Estatutos Nacionais.

Artigo 9º (Rateio de Delegados)

1. Os 600 delegados serão rateados, nos termos da alínea *a)* numero 1 do Artº 47º dos Estatutos Nacionais.

2. Assegurar-se-á a representatividade mínima de um delegado por cada Secção que tenha, no mínimo, 20 militantes, à data do Conselho Nacional que aprova o presente Regulamento.

3. Findo o prazo para entrega das Actas das Eleição dos Delegados ao Congresso, a Comissão Organizadora poderá redistribuir os delegados em falta, seguindo o rateio referido no numero 1 do presente Artigo.

Artigo 10º (Regiões Autónomas)

Nas Regiões Autónomas o processo será determinado pelos órgãos regionais, atendendo às normas constantes deste Regulamento.

Artigo 11º (Delegados Representantes das Secções)

Os delegados representantes das Secções Residenciais serão eleitos pelos Plenários das respectivas Secções.

Artigo 12º (Mesa eleitoral)

1. Caso se verifique inexistência de Mesa de Plenário de Secção, as suas funções serão assumidas pela Mesa

dos Órgãos Superiores.

2. No caso descrito no número anterior, competirá à competente presidir e organizar o processo eleitoral ou, em caso de impossibilidade, nomear uma Mesa ad-hoc para o efeito.

3. As nomeações de Mesa ad-hoc devem ser comunicadas por escrito ao Secretário-Geral da JSD, que remeterá à Mesa nomeada o caderno eleitoral.

4. Em caso algum poderão os membros da Mesa ad-hoc ser candidatos ao acto a que vão presidir.

Artigo 13º (Observadores)

1. Poderão assistir ao Congresso, como observadores, militantes da JSD até a um limite máximo a definir pela CPN.

2. A CPN rateará lugares de observador pelos Distritos e Regiões Autónomas, de acordo com a sua representatividade em termos de número de Delegados ao Congresso.

3. A inscrição será feita pela entrega junto da Mesa do Congresso de um boletim de inscrição devidamente preenchido e assinado por cada observador, acompanhado do pagamento da taxa de inscrição, dentro do prazo estabelecido no calendário anexo;

a) a taxa para os observadores que solicitem alojamento é de 50€

b) a taxa para os observadores sem alojamento é de 20€

4. A inscrição dos observadores será feita pelos próprios, directamente ou por intermédio das Comissões Políticas de Secção, Distritais e Regionais.

5. Serão ainda observadores:

a) Os militantes convidados pela CPN e pela Mesa do Congresso;

b) Os membros e militantes honorários da JSD;

c) Os convidados pela Comissão Política Nacional para as sessões de abertura e encerramento.

Artigo 14º (Inscrição)

1. Todos os Congressistas devem ser inscritos perante a Mesa do Congresso, que funcionará na Sede Nacional, até às 19 Horas do dia previsto no calendário anexo.

2. A inscrição será feita pela entrega junto da Mesa do Congresso de um boletim de inscrição devidamente preenchido e assinado por cada delegado, acompanhado do pagamento da taxa de inscrição.

a) a taxa para os congressistas que solicitem alojamento é de 50€

b) a taxa para os congressistas sem alojamento é de 20€

3. A inscrição dos congressistas será feita pelos próprios, directamente ou por intermédio das Comissões Políticas de Secção, Distritais e Regionais.

4. Se a Mesa do Congresso recusar a inscrição a qualquer militante, deverá fundamentar por escrito as razões dessa recusa.

5. Da decisão da Mesa do Congresso poderá ser interposto recurso perante o CJN.

Artigo 15º (Lista dos Congressistas)

1. A lista dos congressistas será divulgada no “Povo Livre” no dia previsto no calendário. Esta lista deverá, igualmente, ser divulgada através do site da JSD.

2. Qualquer militante poderá impugnar esta lista provisória, ou a presença nela ou a ausência dela de qualquer nome até às 24 horas do dia previsto para o efeito no calendário.

3. As impugnações a que se refere no número anterior devem ser interpostas perante o CJN que decidirá até às 24 horas do dia previsto no calendário.

4. O CJN tomará as medidas necessárias para regularizar a lista desses congressistas.

Artigo 16º (Moções)

1. As propostas de Moção a discutir no Congresso deverão ser entregues na Mesa do Congresso, que funcionará para esse efeito na Sede Nacional até às 19 horas do dia previsto no calendário anexo, em papel e em suporte informático.

2. As Moções de Estratégia Global poderão ser apresentadas pelos Conselhos Regionais, pelos Conselhos Distritais ou por um mínimo de 50 Congressistas.

3. As Moções Sectoriais poderão ser apresentadas pelos Conselhos Distritais e Regionais ou por um mínimo de 30 Congressistas.

4. Cada Conselho Regional ou Distrital ou Congressista apenas poderá apresentar uma Moção de Estratégia Global.

5. Cada Conselho Regional ou Distrital ou Congressista apenas poderá ser primeiro subscritor de uma única Moção Sectorial.

Artigo 17º (Listas Candidatas aos Órgãos Nacionais)

1. As listas candidatas aos Órgãos nacionais deverão ser entregues na Mesa do Congresso, até ao fim dos trabalhos do primeiro dia do Congresso.

2. Cada lista deverá ser subscrita por pelo menos 50 congressistas que não a integrem, devendo um deles ser expressamente indicado como primeiro subscritor.

3. Serão recusados pela Mesa do Congresso as listas que não obedeam aos requisitos fixados pelos Estatutos Nacionais da JSD ou pelo presente regulamento ou que não venham acompanhados de declaração de aceitação de candidatura de todos os seus elementos, efectivos e suplentes.

4. As listas candidatas à CPN deverão conter os nomes dos candidatos, bem como as designações do Presidente da CPN, dos Vice-Presidentes da CPN, do Secretário-Geral e dos Vogais.

5. As listas candidatas ao Conselho Nacional deverão conter 55 elementos efectivos e um mínimo de 14 suplentes até um máximo de 55, todos indicados de acordo com a ordem de eleição.

6. As listas candidatas ao CJN deverão conter 7 elementos efectivos e 3 suplentes ordenados, e designando o candidato a presidente.

7. As listas candidatas à Mesa do Congresso deverão conter 5 elementos efectivos e 2 suplentes, designando os candidatos a Presidente, Vice Presidentes e Secretários.

8. Nenhum militante pode integrar mais do que uma lista candidata ao mesmo órgão ou listas concorrentes a outros órgãos.

9. As listas serão afixadas durante o 2º dia do Congresso, após confirmação por parte da Mesa de todos os processos.

10. Qualquer lista poderá ser retirada a todo o momento, mediante a entrega na Mesa do Congresso dum pedido nesse sentido subscrito pelo primeiro subscritor e pelo cabeça de lista ou candidato a Presidente do órgão.

Artigo 18º (Mesa do Congresso)

1. Compete à Mesa do Congresso, para além de outras funções que lhe sejam atribuídas pelos estatutos e pelo

presente regulamento, declarar a abertura e o encerramento do Congresso, dirigir os trabalhos e receber todas as propostas que devem ser discutidas e votadas em Congresso.

2. Das deliberações da Mesa do Congresso cabe recurso com fundamento em violação de qualquer norma legal, estatutária ou regulamentar a interpor perante o CJN.

3. Das deliberações da Mesa do congresso tomadas no decorrer dos trabalhos cabe recurso com fundamento em inconveniência ou demérito para o Congresso.

4. As deliberações da Mesa serão tomadas pela maioria dos membros.

Artigo 19º (Abertura do Congresso)

1. O Congresso será declarado aberto pelo Presidente da Mesa do Congresso.

2. Na sua ausência ou impedimento, caberá a um dos Vice-Presidentes abrir o Congresso Nacional.

Artigo 20º (Quórum, Votações e Eleições)

1. O Congresso só poderá deliberar estando presentes mais de metade dos seus membros em efectividade de funções.

2. Todas as votações serão públicas, salvo as que se refiram a eleições, as quais deverão ser fiscalizadas por delegados das listas concorrentes.

3. Serão consideradas aprovadas as propostas que reúnam a seu favor mais de metade de votos expressos, excluindo os votos brancos e nulos.

4. Será eleita, para a CPN e Mesa do Congresso a lista candidata que obtiver maior número de votos.

5. As eleições para o CN e CJN serão realizadas por sistema proporcional e método de Hondt.

Artigo 21º (Interpretação e Integração de Lacunas)

1. Só o CJN tem competência para, com força vinculativa, interpretar as disposições e integrar as lacunas do presente Regulamento.

2. A interpretação e integração feitas pela Mesa do Congresso, no âmbito das suas competências deverão ser acatadas por todas as entidades, até que o CJN se pronuncie.

Artigo 22º (Calendário)

O Calendário anexo faz parte integrante do presente Regulamento.

Artigo 23º (Ratificação do Regulamento pelo Congresso)

1. O Congresso tem poderes para ratificar o presente Regulamento nos termos estabelecidos neste artigo e em tudo o que diga respeito ao seu funcionamento.

2. Serão considerados ratificados todos os artigos, números ou alíneas em relação aos quais não seja depositada na Mesa do Congresso, no prazo de 15 minutos a contar da abertura do Congresso ou da eleição da nova Mesa, um requerimento de sujeição e ratificação assinados por 50 congressistas e contendo o texto posto em alternativa.

3. O requerimento a que se refere o nº anterior será obrigatoriamente aceite pela Mesa, desde que obedeça aos requisitos aí fixados.

4. O 1º subscritor do requerimento ou quem este indicar terão dois minutos para justificar o texto alternativo e o texto do Regulamento, respectivamente.

5. O texto alternativo proposto no requerimento de sujeição e ratificação será considerado e aprovado se for aprovado por mais de metade dos congressistas em efectividade de funções.

Artigo 24º (Poderes dos Congressistas)

Constituem poderes dos delegados ao XIX Congresso Nacional da JSD:

- Usar da palavra, observando as disposições deste Regulamento;
- Participar nas votações;
- Apresentar reclamações;
- Pedir ou dar explicações ou esclarecimentos.

Artigo 25º (Uso da Palavra para Explicações)

1. A palavra para explicações poderá ser pedida quando ocorrer incidente que justifique a defesa de honra de qualquer congressista.

2. Compete à Mesa, em última instância, decidir sobre o cabimento do pedido previsto no ponto anterior.

3. A palavra para explicações será concedida por tempo não superior a dois minutos.

CRONOGRAMA

Conselho Nacional JSD	27 de Janeiro
Publicação do Regulamento do Congresso no Povo Livre	31 de Janeiro
Entrega das Convocatórias para eleição dos Delegados na Sede Nacional	5 de Fevereiro
Publicação das convocatórias em Povo Livre	7 de Fevereiro
Eleição dos Delegados	14 a 18 de Março
Prazo para entrega das Actas Eleitorais	21 de Março
Prazo para Inscrição dos Congressistas e Observadores	21 de Março
Entrega das Moções de Estruturas	28 de Março
Publicação de Lista Provisória de Congressistas (site JSD)	4 de Abril
Entrega das Moções de Congressistas	10 de Abril
Publicação da lista de Congressistas	11 de Abril
Prazo final para reclamação perante o CJN de qualquer omissão ou incorrecção das listas de congressistas	13 de Abril
XIX Congresso Nacional JSD	20, 21 e 22 de Abril

Artigo 26º
(Uso da Palavra para Esclarecimentos)

1. A palavra para esclarecimento limitar-se à formação sintética da pergunta e respectiva resposta por período não superior a dois minutos.

2. A palavra para esclarecimento será concedida pela Mesa tendo em atenção;

a) Evitar a monopolização dos debates por quaisquer congressistas;
b) Garantir a necessária celeridade dos trabalhos do Congresso.

Artigo 27º
(Uso da Palavra para Reclamações ou Perguntas à Mesa)

A palavra para perguntas à Mesa e para reclamações (dirigidas necessariamente à Mesa) será concedida por período não superior a dois minutos.

Artigo 28º
(Direitos do Orador)

O orador não pode ser interrompido excepto pelo Presidente da Mesa para advertência, retirar a palavra ou suspender os trabalhos.

Artigo 29º
(Delegação de Poderes)

1. O Congresso Nacional poderá de acordo com a alínea f) do número 1 do Artº 46º dos Estatutos Nacionais delegar alguns dos seus poderes no Conselho Nacional se para tal for aprovada uma proposta nesse sentido por maioria simples dos congressistas presentes.

2. A proposta de delegação de poderes deverá ser apresentada durante a discussão das matérias a que diz respeito e terá de ser subscrita por um mínimo de 50 congressistas.

3. A proposta de delegação de poderes será justificada pelo 1º subscritor durante o máximo de 3 minutos e logo a seguir à sua apresentação e será votada de imediato sem discussão.

Distrito	Secção	Total	Beja	Aljustrel	Barrancos	Total
Açores	Ponta Delgada	3				
Açores	Vila Franca do Campo	2				
Açores	Calheta (Açores)	1				
Açores	Horta	1				
Açores	Lagoa(SãoMiguel)	1				
Açores	Ribeira Grande	1				
Açores	Angra do Heroísmo	1				
Açores	Vila Praia da Vitória	1				
Açores	Nordeste	1				
Açores	Povoação	1				
Açores	Santa Cruz da Graciosa	1				
Açores	Velas	1				
Açores	Vila do Porto	1				
Açores	Lajes das Flores	1				
Açores	Santa Cruz das Flores	1				
Açores	Madalena do Pico	0				
Açores	Lajes do Pico	0				
Açores	Corvo	0				
Açores	São Roque do Pico	0				
Açores Total		18				
Aveiro	Santa Maria da Feira	5				
Aveiro	Oliveira de Azeméis	5				
Aveiro	Vagos	4				
Aveiro	Arouca	3				
Aveiro	Águeda	3				
Aveiro	Aveiro	2				
Aveiro	Ílhavo	2				
Aveiro	São João da Madeira	2				
Aveiro	Mealhada	2				
Aveiro	Ovar	2				
Aveiro	Albergaria-a-Velha	2				
Aveiro	Vale de Cambra	1				
Aveiro	Oliveira do Bairro	1				
Aveiro	Murtosa	1				
Aveiro	Castelo de Paiva	1				
Aveiro	Anadia	1				
Aveiro	Espinho	1				
Aveiro	Estarreja	1				
Aveiro	SeverdoVouga	1				
Aveiro Total		40				
Beja	Ourique	1				
Beja	Almodôvar	1				
Beja	Alvito	1				
Beja	Castro Verde	1				
Beja	Beja	0				
Beja	Odemira	0				
Beja	Moura	0				
Beja	Serpa	0				
Beja	Ferreira do Alentejo	0				
			Beja	Aljustrel		0
			Beja	Barrancos		0
			Beja Total			4
			Braga	Barcelos		17
			Braga	Guimarães		10
			Braga	Vila Verde		8
			Braga	V.N. de Famalicão		8
			Braga	Braga		6
			Braga	Fafe		4
			Braga	Esposende		3
			Braga	Vieira do Minho		2
			Braga	Vizela		2
			Braga	Amares		2
			Braga	Celorico de Basto		2
			Braga	Cabeceiras de Basto		1
			Braga	Póvoa de Lanhoso		1
			Braga	Terras de Bouro		1
			Braga Total			67
			Bragança	Bragança		2
			Bragança	Mogadouro		1
			Bragança	Mirandela		1
			Bragança	T. deMoncorvo		1
			Bragança	AlfândegadaFé		1
			Bragança	M.de Cavaleiros		1
			Bragança	Vinhais		1
			Bragança	C. de Ansiães		1
			Bragança	Vila Flor		1
			Bragança	Vimioso		1
			Bragança	M. do Douro		0
			Bragança	F. de Espada à Cinta		0
			Bragança Total			11
			Castelo Branco	C. Branco		2
			Castelo Branco	Covilhã		1
			Castelo Branco	Vila de Rei		1
			Castelo Branco	Idanha-a-Nova		1
			Castelo Branco	Fundão		1
			Castelo Branco	Sertã		1
			Castelo Branco	Oleiros		1
			Castelo Branco	Proença-a-Nova		1
			Castelo Branco	Penamacor		0
			Castelo Branco	Belmonte		0
			Castelo Branco	Vila V. de Ródão		0
			Castelo Branco Total			9
			Coimbra	FigueiradaFoz		9
			Coimbra	Coimbra		9
			Coimbra	Penacova		2
			Coimbra	Montemor-o-Velho		3
			Coimbra	Vila Nova de Poiares		2



Coimbra Oliveira do Hospital	2	Guarda Total	15		
Coimbra Mira	1	Leiria Caldas da Rainha	5	Portalegre Campo Maior	1
Coimbra Arganil	1	Leiria Leiria	3	Portalegre Elvas	0
Coimbra Lousã	1	Leiria Alcobaça	3	Portalegre Castelo de Vide	0
Coimbra Condeixa-a-Nova	1	Leiria Pombal	2	Portalegre Avis	0
Coimbra Pampilhosa da Serra	1	Leiria Ansião	2	Portalegre Monforte	0
Coimbra Miranda do Corvo	1	Leiria Óbidos	1	Portalegre Gavião	0
Coimbra Cantanhede	1	Leiria Pedrógão Grande	1	Portalegre Arronches	0
Coimbra Tábua	1	Leiria Figueiró dos Vinhos	1	Portalegre Marvão	0
Coimbra Soure	1	Leiria Bombarral	1		
Coimbra Penela	1	Leiria Portodemós	1	Portalegre Total	9
Coimbra Góis	0	Leiria Nazaré	1	Porto Trofa	17
Coimbra Total	37	Leiria Batalha	1	Porto Lousada	10
Europa Paris	0	Leiria Peniche	1	Porto Vila Nova de Gaia	9
Europa Bruxelas	0	Leiria Alvaiázere	0	Porto Gondomar	8
Europa Suíça	0	Leiria Marinha Grande	0	Porto Porto	8
Europa Londres	0	Leiria Castanheira de Pera	0	Porto Felgueiras	5
Europa Luxemburgo	0	Leiria Total	23	Porto Paços de Ferreira	5
Europa Total	0	Lisboa AM Cascais	10	Porto Vila do Conde	4
Évora Évora	2	Lisboa AM Aljés	6	Porto Póvoa de Varzim	5
Évora Vendas Novas	2	Lisboa AM Secção E	6	Porto Santo Tirso	4
Évora Reguengos de Monsaraz	1	Lisboa AM Mafra	5	Porto Valongo	4
Évora Mora	1	Lisboa AM Secção H	5	Porto Maia	4
Évora Montemor-o-Novo	1	Lisboa AM Secção B	5	Porto Paredes	4
Évora Vila Viçosa	1	Lisboa AM Secção A	5	Porto Marco de Canaveses	4
Évora Mourão	1	Lisboa AM Oeiras	5	Porto Matosinhos	4
Évora Estremoz	1	Lisboa AM SecçãoD	7	Porto Penafiel	2
Évora Alandroal	1	Lisboa AM Vila F.de Xira	5	Porto Amarante	2
Évora VianadoAlentejo	1	Lisboa AM Secção F	5	Porto Baião	1
Évora Redondo	1	Lisboa AM Amadora	4	Porto Total	100
Évora Portel	0	Lisboa AM Secção O.	4	Santarém Ourém	6
Évora Arraiolos	0	Lisboa AM Odivelas	3	Santarém Abrantes	5
Évora Borba	0	Lisboa AM Loures	3	Santarém Santarém	5
Évora Total	13	Lisboa AM Secção I	3	Santarém Cartaxo	3
Faro Loulé	3	Lisboa AM Secção G	3	Santarém Almeirim	3
Faro Faro	3	Lisboa AM Queluz	2	Santarém Tomar	2
Faro Olhão	1	Lisboa AM Moscavide	2	Santarém Torres Novas	2
Faro Portimão	1	Lisboa AM Alg. Mem-Martins	2	Santarém Rio Maior	2
Faro Tavira	1	Lisboa AM Sintra	2	Santarém Mação	1
Faro Albufeira	1	Lisboa AM Azambuja	1	Santarém Ferreira do Zêzere	1
Faro Vila Real Santo António	1	Lisboa AM Cacém	2	Santarém Coruche	1
Faro Lagos	1	Lisboa AM Rio deMouro	1	Santarém Entroncamento	1
Faro Silves	1	Lisboa AM Pêro Pinheiro	1	Santarém Benavente	1
Faro Monchique	0	Lisboa AM Total	97	Santarém Sardoal	1
Faro São Brás de Alportel	0	Lisboa AO Cadaval	2	Santarém Chamusca	1
Faro Lagoa	0	Lisboa AO Torres Vedras	2	Santarém Alcanena	0
Faro Castro Marim	0	Lisboa AO Arrudados Vinhos	1	Santarém Golegã	0
Faro Vila do Bispo	0	Lisboa AO Alenquer	1	Santarém Vila N. da Barquinha	0
Faro Aljezur	0	Lisboa AO Lourinhã	1	Santarém Salvaterra de Magos	0
Faro Alcoutim	0	Lisboa AO S. de Monte Agraço	0	Santarém Alpiarça	0
Faro Total	13	Lisboa AO Total	7	Santarém Constança	0
Fora Europa São Paulo	0	Madeira Funchal	5	Santarém Total	35
Fora Europa Moçambique	0	Madeira Câmara de Lobos	2	Setúbal Seixal	4
Fora Europa Ottawa	0	Madeira São Vicente	2	Setúbal Almada	3
Fora Europa Total	0	Madeira Machico	2	Setúbal Barreiro	2
Guarda Guarda	2	Madeira Ribeira Brava	2	Setúbal Setúbal	2
Guarda Figueira Castelo Rodrigo	2	Madeira Calheta	1	Setúbal Sesimbra	2
Guarda Meda	2	Madeira antana	1	Setúbal Sines	1
Guarda Gouveia	2	Madeira Santa Cruz	1	Setúbal Montijo	1
Guarda Seia	1	Madeira Porto Moniz	1	Setúbal Grândola	1
Guarda Fornos de Algodres	1	Madeira Pontado Sol	1	Setúbal Palmela	1
Guarda Vila Nova de Foz Côa	1	Madeira Porto Santo	1	Setúbal Santiago do Cacém	1
Guarda Sabugal	1	Madeira Total	19	Setúbal Moita	1
Guarda Pinhel	1	Portalegre Portalegre	2	Setúbal Alcácer do Sal	1
Guarda Manteigas	1	Portalegre Nisa	1	Setúbal Alcochete	1
Guarda Celorico da Beira	1	Portalegre Alter do Chão	1	Setúbal Total	21
Guarda Aguiar da Beira	0	Portalegre Alter do Chão	1	Viana Castelo Viana do Castelo	4
Guarda Almeida	0	Portalegre Crato	1	Viana Castelo Ponte de Lima	2
Guarda Trancoso	0	Portalegre Fronteira	1	Viana Castelo Arcos de Valdevez	2
		Portalegre Ponte de Sor	1	Viana Castelo Valença	1
		Portalegre Souzel	1		



Viana Castelo Ponte da Barca	1
Viana Castelo Vila N. de Cerveira	1
Viana Castelv Monção	0
Viana Castelo Caminha	0
Viana Castelo Paredes de Coura	0
Viana Castelo Melgaço	0
Viana Castelo Total	11
Vila Real Chaves	2
Vila Real Vila Real	2
Vila Real Boticas	2
Vila Real Valpaços	1
Vila Real Vila Pouca de Aguiar	1
Vila Real Mesão Frio	1
Vila Real Peso da Régua	1
Vila Real Santa Marta de Penaguião	1
Vila Real Murça	1
Vila Real Alijó	1
Vila Real Mondim de Basto	1
Vila Real Montalegre	1
Vila Real Ribeira de Pena	0
Vila Real Sabrosa	0
Vila Real Total	15
Viseu Viseu	7
Viseu Tondela	5
Viseu Lamego	4
Viseu Mangualde	3
Viseu Castro Daire	2
Viseu Carregal do Sal	1
Viseu Sátão	1
Viseu Sernancelhe	1
Viseu Resende	1
Viseu Vouzela	1
Viseu Moimenta da Beira	1
Viseu São Pedro do Sul	1
Viseu Oliveira de Frades	1
Viseu Cinfães	1
Viseu Santa Comba Dão	1
Viseu Tabuaço	1
Viseu Penalva do Castelo	1
Viseu Armamar	1
Viseu Vila Nova de Paiva	1
Viseu Nelas	1
Viseu Mortágua	0
Viseu Tarouca	0
Viseu São João da Pesqueira	0
Viseu Total	36
Grand Total	600

A JSD de Ponte da Barca e o referendo ao aborto

- Um comunicado -

A Juventude Social-Democrata de Ponte da Barca, vem por este meio comunicar a sua posição relativamente à proposta de referendo aprovada na Assembleia da República sobre a despenalização do aborto até às 10 semanas, por simples opção da grávida.

Após aprovação, por parte da Assembleia da República, da proposta de referendo e depois de o Sr. Presidente da República ter enviado a matéria em causa para apreciação por parte do Tribunal Constitucional, tendo-se este reunido e declarado a favor da sua constitucionalidade, o referendo prosseguirá normalmente nos trâmites legais, estando este agendado para dia 11 de Fevereiro.

Desde o referendo de 1998 que os partidos da esquerda portuguesa, evidenciando um comportamento democrático bastante sui generis, se preocuparam em diminuir o resultado desse referendo.

Desde então que vêm fazendo pressão no sentido da alteração à lei em vigor: uns defendiam a convocação de novo referendo, outros defendiam uma iniciativa legislativa da própria Assembleia da República.

Apesar do resultado não vinculativo do referendo, o Governo em funções optou por seguir a indicação não vinculativa do mesmo. Hoje parecem criadas as condições para um novo referendo sobre a despenalização do aborto até às 10 semanas.

No nosso entender, o agendamento político desta questão insere-se perfeitamente numa óbvia estratégia de gestão do mediatismo governativo, a que começamos a habituar-nos, mas com o qual não pactuaremos.

Interessa ao Sr. Primeiro-Ministro desviar a atenção do essencial, para focá-la no acessório.

Interessa falar de despenalização do aborto para não se falar do crescente clima de conflitualidade social, fruto da forma arrogante e quase ditatorial como o Governo Socialista implementa certas reformas;

Interessa falar de despenalização do aborto, para diminuir o debate sobre a nova Lei de Finanças Locais, que dará um violento golpe no normal funcionamento do Poder Autárquico;

Interessa falar de despenalização do aborto, de forma a evitar uma atenção em relação ao abandono dos emigrantes portugueses no estrangeiro, por parte do Governo português, que vai fechando os seus consulados.

Interessa falar de despenalização do aborto, para fazer esquecer as trapalhadas governativas, de que são exemplos recentes o caso do Secretário de Estado da Educação no ultimato inaceitável que fez aos sindicatos e o do seu congénere da Economia sobre o aumento da electricidade.

No entanto, a posição da JSD de Ponte da Barca é muito clara e mantém-se igual à do último referendo sobre esta matéria.

Para a JSD de Ponte da Barca, a posição sobre a despenalização do aborto é uma questão de consciência individual, que será tomada por cada um tendo em consideração a própria formação pessoal e a estruturação da pirâmide de valores de cada cidadão.

Não tomaremos partido pelo “sim” ou pelo “não” no próximo referendo. Cabe a cada cidadão tomar uma posição consciente sobre o tema.

Por isso nos parece inaceitável que se tente partidizar o debate da questão, para se obter proveitos políticos de um referendo que incide sobre uma questão claramente moral e ética.

A JSD de Ponte da Barca irá sim, fazer apelo ao voto. Entendemos que, o voto para além de ser um direito constitucionalmente salvaguardado, é um dever dos cidadãos.

Independentemente de ganhar o “sim” ou o “não”, é mais importante ver a taxa de abstenção diminuir.

É importante fazer o debate sobre a despenalização do aborto até às 10 semanas. Mas importa fazê-lo de uma forma apartidária, dando condições e espaço à sociedade para o fazer por si só. - **A Comissão Política da JSD de Ponte da Barca**



DISTRITAL DA GUARDA

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos distritais e locais do PSD, convocam-se todos os militantes do Distrito da Guarda, para a eleição dos Órgãos Distritais, a realizar no dia 3 de Março de 2007, sábado, entre as 16h00 e as 19h00, em todos os locais de votação abaixo indicados, com a seguinte Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição dos Órgãos Distritais

a) Mesa da Assembleia Distrital;
b) Comissão Permanente Distrital;

c) Conselho de Jurisdição Distrital;

d) Delegados à Assembleia Distrital;

Locais de Votação

Almeida- Sede concelhia – rua da antiga fronteira; **Aguiar da Beira** Sede concelhia – Largo dos Monumentos;

Celorigo da Beira Sede concelhia – rua andrade corvo; **Fig. Castelo**

Rodrigo Sede concelhia – Av. 25 de Abril; **Fornos de Algodres** Sede concelhia – rua do Espírito Santo nº2 r/ch dto; **Gouveia** Sede concelhia – Av. 1º de Maio nº9 1º; **Guarda** Sede concelhia – Av. Infante D. Henrique 59, 2º; **Manteigas** Sede concelhia – Largo Dr. João Isabel; **Meda** Sede concelhia- Av. Gago Coutinho e Sacadura Cabral; **Pinhel** Sede concelhia Largo Farinhão Beirão; **Sabugal** Sede concelhia – Travessa Dr. Francisco Maria Manso nº6 **Seia** Sede concelhia- rua D. João Saraiva; **Trancoso** Sede da Associação C.R. de Trancoso – rua do freixo Grande **V.N de Foz Côa** Sede concelhia – Praça da República Ed. Sacadi loja 6.

Nota:

As urnas estarão abertas das 16h00 até às 19h00.

Para efeitos de recepção de candidaturas à Mesa da Assembleia, Comissão Permanente Distrital e Conselho de Jurisdição Distrital, a sede Distrital do PSD, sita na Rua Infante D. Henrique, 59 2º na Guarda, encontrar-se-á aberta até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

Para efeitos de recepção das candidaturas a Delegados da Assembleia Distrital, os locais acima designados, encontrar-se-ão abertas até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

FUNDÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes da Secção do Fundão, para reunir em plenário no

dia 10 de Fevereiro de 2007, pelas 15h00, no Auditório da Escola Profissional do Fundão, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política actual;

2. Outros pontos considerados de interesse relevante.

LONDON (CANADA)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se todos os militantes do PSD da Secção de LONDON (CANADA) para uma Assembleia Eleitoral de Secção a realizar no próximo dia 4 de Março de 2007, às 17h00, no Restaurante Nova Lisboa, 3 Glenroy Road, London, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política da Secção.

Notas:

Para efeitos de votação as urnas encontram-se abertas entre as 17h00 e as 19h00. A entrega das listas dos candidatos a cada órgão terá de ser efectuada até às 24h00 do 3º dia anterior ao acto (dia 1 de Março) junto do militante António Costa.

As listas dos candidatos à Mesa da Assembleia de Secção deverão ser compostas por:

- 1- Presidente
- 2- Vice Presidente
- 3- Secretário

A lista à Comissão Política de Secção deverá ser composta por:

- 1- Presidente
- 2- Vice Presidente (um ou dois)
- 3- Tesoureiro
- 4- Vogais (4 a 8)

As listas poderão conter suplentes até ao limite de 30% do número de elementos que as compõem.

OURÉM (RECTIFICAÇÃO)

Povo Livre de 10 de Janeiro de 2007

Nas notas desta convocatória por lapso, onde se lê (...*Nota: As candidaturas deverão ser entregues, nos termos legais, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o possa substituir, até às 24h00 do dia 19 de Fevereiro de 2007, deve-se ler até às 24h00 do dia 13 (treze) de Fevereiro de 2007.*

PALMELA

Nos termos estatutários, convoca-se a Assembleia de Secção para reunir na sede concelhia, Rua Hermenegildo Capelo, nº 141, em Palmela, no próximo dia 13 de Fevereiro de 2007, pelas 21h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apreciação das contas da Secção relativas ao ano de 2006;

2. Análise da situação política.

S. JOÃO DA MADEIRA

Ao abrigo das norma Estatutárias, convoca-se a Assembleia de Secção do

Partido Social Democrata de S. João da Madeira para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 9 de Fevereiro (sexta-feira), pelas 21h30, na sede concelhia sita no Centro Comercial Castilho, loja CG, na Av. Dr. Renato Araújo, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Análise e aprovação das Contas relativas a 2006;
2. Análise e aprovação do Orçamento relativo a 2007;
3. Análise da situação político-partidária



CONSELHO DISTRITAL DE AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se uma reunião/Conselho Distrital da JSD Distrital/Aveiro, para reunir no próximo dia 9 de Fevereiro de 2007, pelas 21.00 horas, na Sede Distrital do PSD de Aveiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação Política;
- 2 - Congresso Nacional da JSD;
- 3 - Outros.

Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Aveiro (Amadeu Albergaria)

CONSELHO DISTRITAL DE ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e na qualidade de Presidente do Conselho Distrital de Évora convoco o Conselho Distrital de Évora da JSD para reunir em sessão ordinária no próximo dia 10 de Fevereiro de 2007 pelas 16h00, na sede distrital, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política;
- 3 – Cimeira JSD Alentejo 2007.
- 4 – Congresso Nacional da JSD.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital

(Luís Tirapicos Nunes)

MORA

Ao abrigo do determinado nos Estatutos Nacionais da JSD, convoco todos os militantes da Secção de Mora da JSD para um plenário desta Secção a realizar no próximo dia 3 de Março de 2007, pelas 21h00, na Rua Catarina Eufémia, n.º 13, em Mora, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa do Plenário de Secção;

2 – Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota:

a) As candidaturas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa ou a quem, estatutariamente, o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD em Mora;

b) O acto eleitoral decorrerá entre as 21h00 e as 23 horas.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital

(Luís Tirapicos Nunes)

NÚCLEO DA VÁLEGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário de Núcleo Residencial de Válega para Assembleia eleitoral, no dia 4 de Março de 2006, pelas 21 horas, na Sede da Secção do PSD de Ovar, sita na Rua Ferreira de Castro, n.º 84, 1.º Dtº, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição para a Comissão Política de Núcleo Residencial;

2 – Eleição para a Mesa de Plenário de Núcleo Residencial;

Nota:

1 – As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos, na sede de Secção do PSD de Ovar.

2 – As urnas estarão abertas até às 23 horas.

A Presidente da Mesa do Plenário (Tânia Pinto)

SÃO MAMEDE DO CORONADO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de militantes da JSD de São Mamede do Coronado, a reunir no próximo dia 2 de Março de 2007, pelas 21 horas, na Sede, sita na Rua Vale do Coronado (junto às Bombas da BP), com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Análise da Situação Política Actual.

O Presidente da Mesa

(Ricardo Santos)

TROFA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Ordinário dos militantes da Secção da JSD da Trofa, a reunir no próximo dia 1 de Fevereiro de 2007, pelas 21h30, na Sede Concelhia da JSD Trofa, sita na Rua Costa Ferreira, Edifício Casa da Avó, loja n.º 5, em São Martinho de Bougado, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações;

2 – Análise da Situação Política.

O Presidente da Mesa

(Alberto Jorge)